



CONSÓRCIO
BRASIL CENTRAL
DF • GO • MA • MT • MS • RO • TO

ALIANÇA MUNICIPAL PELA **COMPETITIVIDADE**

- Portfólio de Iniciativas e Incentivos para os Desafios do Brasil Central

Maio de 2018

Apresentação

O presente documento se insere na execução do **Programa Aliança Municipal pela Competitividade** dos Estados membros do Consórcio Brasil Central.

O produto, apresentado a seguir, consistiu na **construção do portfólio de estratégias, soluções e iniciativas** para os desafios específicos da região dos estados membros do Consórcio Brasil Central, bem como do **portfólio de incentivos** para o engajamento dos municípios ao Aliança Municipal pela Competitividade.

Para tanto, **foram constituídas Redes Temáticas, formadas por técnicos e especialistas de cada estado no respectivo tema** (homicídios, mortalidade infantil; acesso à pré-escola, com qualidade e qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental) e **estruturadas em forma de grupos de trabalho**, contando, também, com a participação de especialistas *ad-hoc*, com discussão orientada à estruturação dos portfólios de iniciativas estratégicas e de incentivos, que visam o alcance das metas definidas na Aliança Municipal pela Competitividade do Brasil Central.

Os portfólios serão a base de partida para os estados iniciarem a construção dos planos de ações com os municípios. Representam desta forma o conjunto de ações com maior impacto potencial no alcance dos resultados desejados. Enquanto os Planos de ação deles decorrentes representarão a seleção de iniciativas julgadas mais adequadas em cada um dos municípios selecionados como prioritário.

O DESAFIO DA GESTÃO

No cenário atual, **fazer o Estado mais competitivo e avançar na qualidade de vida das pessoas**, em especial em ambiente de restrição de recursos, **requer maior eficiência na capacidade de execução das políticas** no âmbito das cidades.

Sem os municípios a velocidade de evolução dos principais indicadores estaduais será sempre limitada.



PARA AVANÇAR NESTE CAMPO QUATRO AÇÕES SÃO FUNDAMENTAIS

- Seletividade e precisão na ação: escolher desafios e segmentar beneficiários
- Otimizar esforços e recursos: integrar políticas e somar recursos
- Transferir competências: ampliar a capacidade de execução
- Estabelecer incentivos: estimular ação cooperativa

OBJETIVO, RESULTADOS E PRODUTOS DO PROGRAMA ALIANÇA MUNICIPAL PELA COMPETITIVIDADE



Estabelecer **pacto cooperativo (Aliança)** entre **Estados e municípios** focado na melhoria da **competitividade** e **qualidade de vidas** das pessoas, **em áreas** prioritárias que **demandam maior articulação na ação.**

RESULTADOS ESPERADOS



DEFINIÇÃO DE DESAFIOS COMUNS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)



INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS EM TORNO DOS DESAFIOS PRIORITÁRIOS E INCENTIVOS À OBTENÇÃO DE RESULTADOS



DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS EM NOVOS PATAMARES DE DESEMPENHO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Portfólio de iniciativas

Portfólio de incentivos

Estrutura de organização e gestão

Capacitações e modelos de Planos de Ação

SUMÁRIO

| PG 6 |

1

Sobre os Portfólios de Iniciativas: finalidade, público-alvo e processo de elaboração participativo

| PG 10 |

2

Portfólio de Iniciativas, por desafio:

2.1 Pré-escola

2.2 IDEB I

2.3 Mortalidade Infantil

2.4 Homicídios

| PG 104 |

3

Portfólio de Incentivos: incentivos financeiros e não financeiros para implementação da Aliança Municipal pela Competitividade nos municípios selecionados

| PG 118 |

4

Manual de operacionalização dos Portfólios de Iniciativas: instrumentos, condições e método de operacionalização

A hand is shown holding a white puzzle piece against a blue background. The puzzle piece is being held in a way that suggests it is about to be placed into a larger puzzle. The background is a soft, out-of-focus blue, and the hand is in the foreground, slightly blurred.

1

Sobre os Portfólios de
iniciativas

SOBRE OS PORTFÓLIOS DE INICIATIVAS FINALIDADE

Os portfólios de iniciativas

- **São, essencialmente, conjuntos de estratégias, projetos ou ações** que demandam algum grau de articulação entre estado e município;
- **Buscam responder aos desafios prioritários definidos no âmbito do Brasil Central:** redução da taxa de homicídios, redução da taxa de mortalidade infantil; universalizar o acesso à pré-escola; e elevar o IDEB dos anos iniciais da rede pública na região;
- **Definem responsabilidades compartilhadas entre Estados e Municípios** para viabilizar a ação cooperativa que visa a superação dos desafios;
- **Direcionam recursos e esforços para iniciativas específicas,** selecionadas de acordo com as necessidades de cada município;
- **Orientam a elaboração de Planos de Ação,** para que as metas definidas para a região, estados e municípios sejam alcançadas.

PORTFÓLIO DE INICIATIVAS

Conjunto de medidas possíveis no campo da articulação estado-municípios para fazer frente aos desafios mapeados



INSUMO PARA

PLANOS DE AÇÃO


Conjunto de ações pensadas a partir da seleção das iniciativas mais aderentes à realidade do município, definidas em conjunto estado-município, para alcançar as metas dos desafios propostos



SOBRE OS PORTFÓLIOS DE INICIATIVAS A QUEM SE DESTINAM?

Os portfólios de iniciativas se destinam aos **profissionais dos estados que:**

- ✓ **Atuam nas secretarias setoriais de Educação/Saúde/Segurança e nas secretarias de Planejamento/Governo; e**
- ✓ **São responsáveis pela articulação e cooperação com os municípios e/ou pelo acompanhamento de projetos e ações em parceria com os municípios.**



ENTRETANTO, **O DOCUMENTO NÃO É RESTRITO A ESTES ATORES.** PARA A OBTENÇÃO DE MELHORES RESULTADOS, FRUTO DA ARTICULAÇÃO ESTADO-MUNICÍPIOS, SUGERE-SE QUE O MESMO SEJA COMPARTILHADO COM TODOS OS PROFISSIONAIS DAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS NA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS.

SOBRE OS PORTFÓLIOS DE INICIATIVAS COMO ESTÃO ORGANIZADOS?

Os portfólios de iniciativas estão organizados por desafio e seguem a seguinte estrutura:

» EIXO

Grandes eixos de concentração de esforços e recursos, que categorizam e organizam as iniciativas, viabilizando uma perspectiva integrada de atuação.

» INICIATIVA

As iniciativas podem ser estratégias, programas, projetos ou ações que demandem algum grau de articulação entre estado e município e que ao serem implementadas contribuam para o alcance dos desafios.

» OBJETIVO

Para cada iniciativa há um objetivo específico, que indica a finalidade da respectiva iniciativa. As iniciativas podem ter objetivos em comum.

» RESPONSABILIDADE DOS ENTES (ESTADOS E MUNICÍPIOS):

Descrição das responsabilidades de cada uma das partes envolvidas, governos estadual e municipal, para cada iniciativa.

» JUSTIFICATIVA

Dados e fatos que suportam a escolha da iniciativa, comprovando a importância e/ou relevância da mesma.

» ESTIMATIVA DE IMPACTO

Prazo estimado de impacto da iniciativa, podendo variar entre curto, médio e longo prazo.

A hand is shown placing a white puzzle piece into a larger structure of white puzzle pieces. The background is a blurred office setting with a blue tint. A large orange number '2' is overlaid on the left side of the image.

2

Portfólio de Iniciativas
por desafio



2.1

Pré-escola

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

Em **2016**, aproximadamente, **638.140 mil** crianças de 4 e 5 anos estavam **fora** da **pré-escola** no Brasil, o equivalente a **11,2%** do total.

118.009 dessas crianças viviam nos 7 estados do **Brasil Central**, o equivalente a **14,6%** do total de crianças nesta faixa etária na região (806.554 crianças de 4 e 5 anos).



6% foi o aumento no número de matrículas na pré-escola no **BrC**, entre **2010 e 2016** (Brasil: 6,8%).



1,3% foi a **redução** média anual da **população** de 4 a 5 anos, na última década, no BrC.

As matrículas na **pré-escola** representam **85,4%** das crianças de 4 e 5 anos no **Brasil Central**



... percentual inferior à média **Brasil (88,8%)**, em 2016.



INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIOECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS



✓ **Pobreza e vulnerabilidade** da população



✓ **Escolaridade e empregabilidade** dos responsáveis pela criança



✓ **Transporte escolar**, especialmente nas **áreas rurais**

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

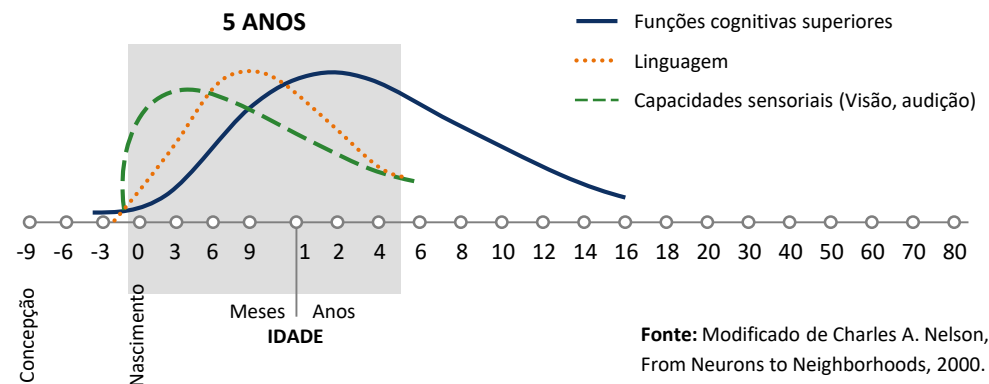
A educação e o cuidado na primeira infância contribui para o(a):

- Desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais;
- Sucesso escolar;
- Redução das desigualdades educacionais;
- Promoção do bem-estar do indivíduo ao longo da vida;
- Benefícios sociais e econômicos para a sociedade no médio e longo prazo.

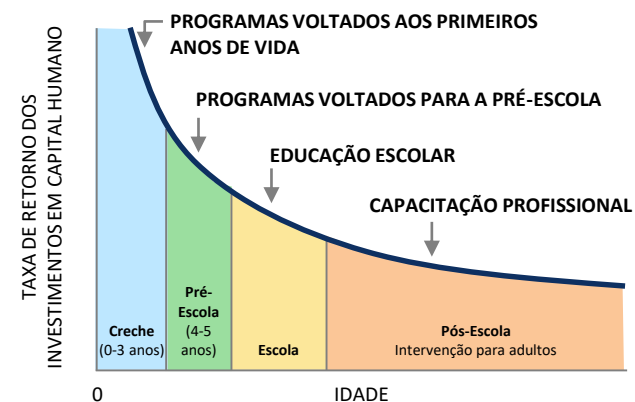
A EDUCAÇÃO INFANTIL É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA, EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES: (COGNITIVA, FÍSICA, SOCIAL E EMOCIONAL) ALÉM DE SER O INVESTIMENTO COM MAIOR RETORNO NA EDUCAÇÃO.

Fonte: Macroplan com base em HECKMAN, 2006; HECKMAN; MASTEROV, 2007; CURTI; MENEZES-FILHO, 2009; FMCSV, 2015.

ETAPA DA VIDA MAIS PROPÍCIA AO DESENVOLVIMENTO CEREBRAL FORMAÇÃO DE NOVAS SINAPSES



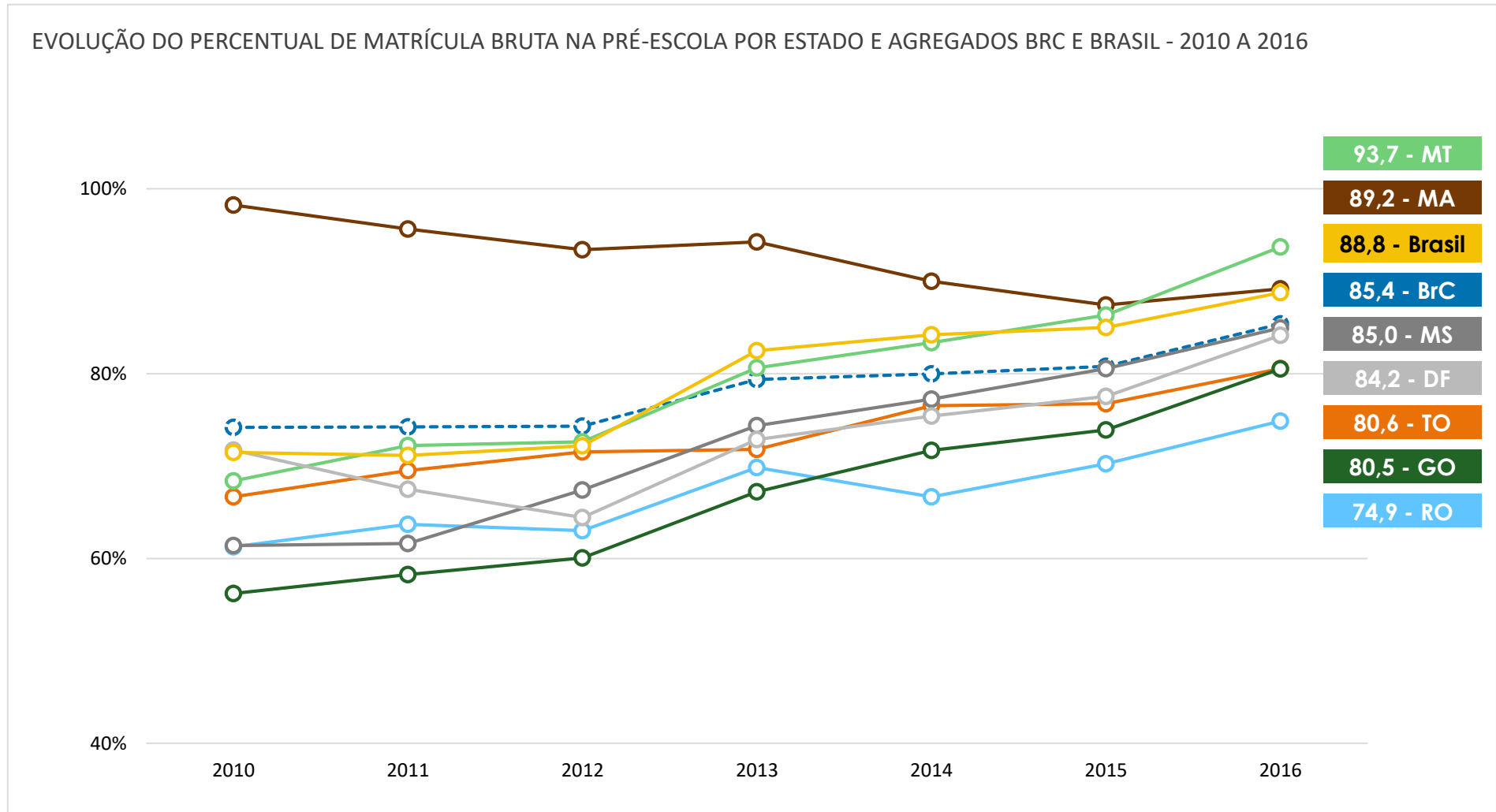
PERÍODO DE INVESTIMENTO COM MAIOR RETORNO NA EDUCAÇÃO TAXA DE RETORNO X IDADE



A ANÁLISE DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO NAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS DEMONSTROU QUE A TAXA DE RETORNO PARA CADA DÓLAR INVESTIDO É MAIOR QUANTO MAIS CEDO FOR REALIZADA A INTERVENÇÃO.

Fonte: modificado de: Heckman, J. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children Science 30 June 2006: 312 (5782), 1900-1902. [DOI:10.1126/Science.1128898]

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

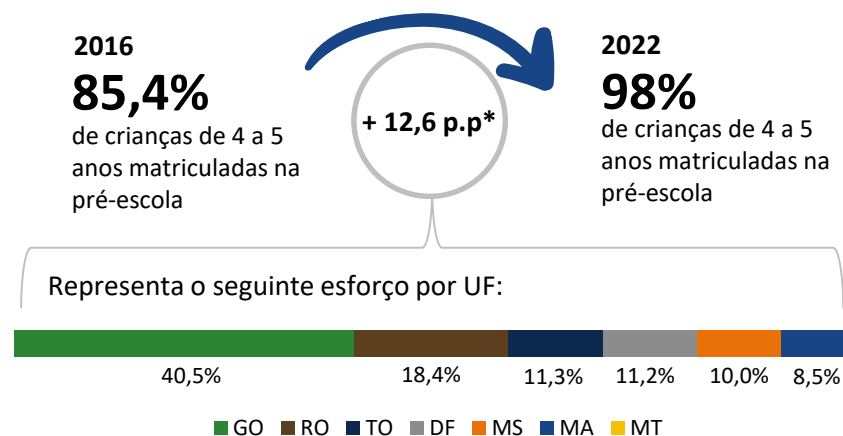


Fonte: Macroplan a partir de dados do Censo Escolar (matrículas) e do DataSUS (população).

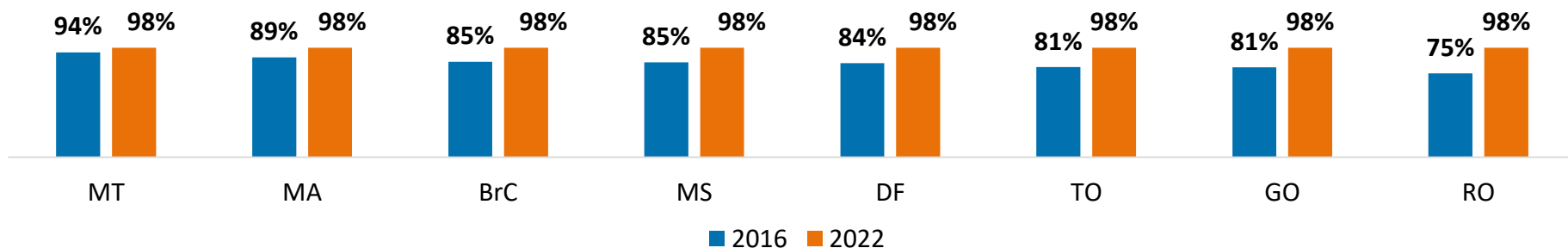
DIANTE DESTE CENÁRIO, O OBJETIVO TRAÇADO PARA O CONSÓRCIO É:

» UNIVERSALIZAR O
ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-
ESCOLA, ATÉ 2022

ESFORÇO DE CADA ESTADO NO DESAFIO



METAS PROJETADAS PARA O PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA



Fonte: Macroplan a partir de dados do Censo Escolar (matrículas) e DataSUS (população).

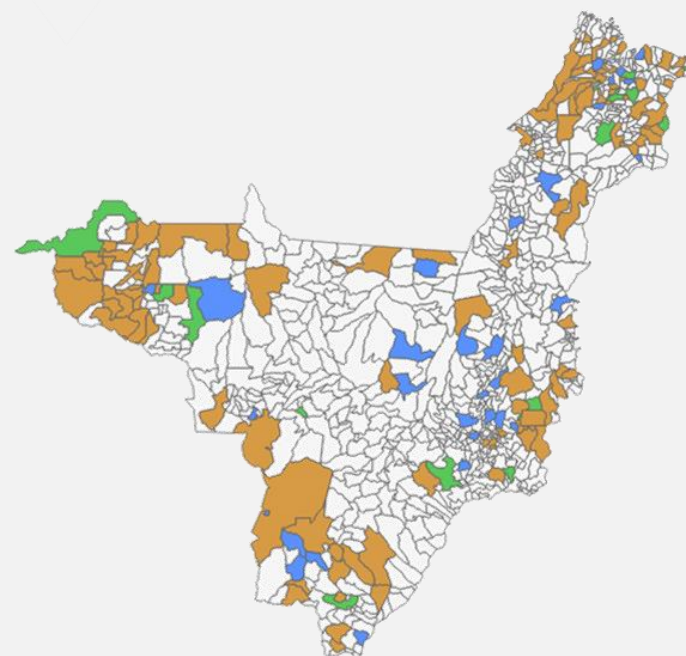
PARA ALCANÇAR ESSAS METAS, SERÁ PRECISO INTENSIFICAR OS ESFORÇOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS

As crianças de 4 e 5 anos fora da pré-escola estão concentradas territorialmente:

- No Brasil, 4,6% dos 5.570 municípios são responsáveis por 70% das crianças que estão fora da escola (2016).
- Nos estados do BrC, em 2016, 154 municípios (17,6% do total) representam 70,6% do gap de matrículas na região, isto é, do total de crianças de 4 e 5 anos que estão fora da escola.

Obs: Municípios prioritários são aqueles que representam 2/3 do total de crianças com 4 e 5 anos fora da escola na região Brasil Central. Municípios focais são aqueles que apresentam taxa de atendimento inferior à média da região BrC. Municípios Prioritário+Focal são os municípios que entrariam nos dois grupos: alta representatividade e taxa abaixo da média do BrC

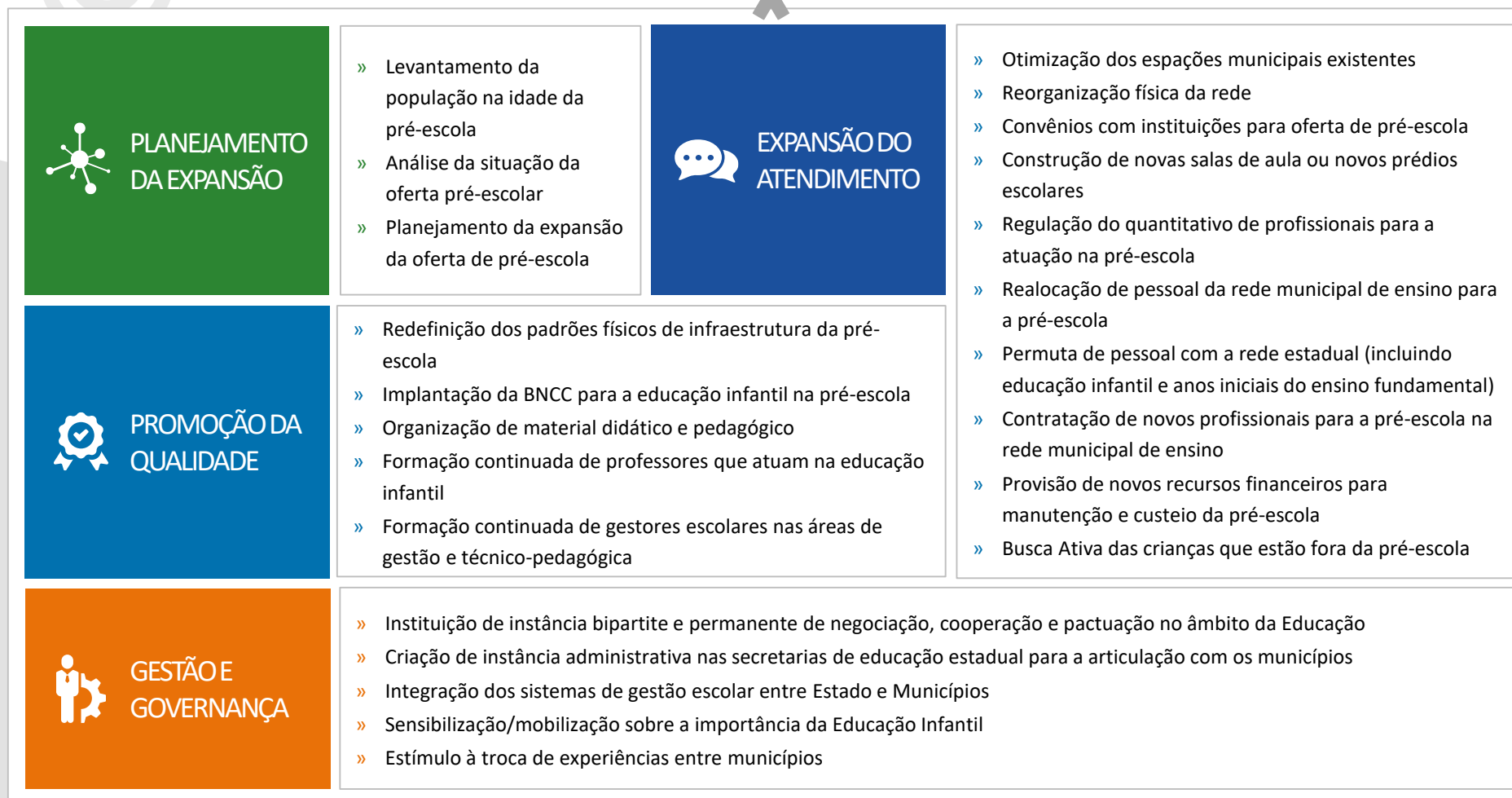
» **154** MUNICÍPIOS
17,6% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS



■ Grupo Prioritário **■** Grupo Focal
■ Grupo Prioritário + Focal **□** Outros municípios

TEMAS CENTRAIS PARA SUPERAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DA ARTICULAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS

DESAFIO 1 | Universalizar o atendimento de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola, até 2022



DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO NA IDADE DA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Identificar o número de crianças de 4 e 5 anos residentes nos Municípios, quantas ainda não frequentam a pré-escola e as causas, se há falta de vaga ou de demanda; e projetar a população de 4 e 5 anos nos Municípios nos próximos 10 anos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar e orientar a realização do diagnóstico relativo à população de 4 e 5 anos.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Fazer adesão ao planejamento conjunto e fornecer os dados para a realização do diagnóstico.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Matrícula na pré-escola tornou-se obrigatória a partir de 2016, pela EC 59/2009

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA OFERTA PRÉ-ESCOLAR

OBJETIVO

Identificar as unidades escolares com oferta de pré-escola, considerando também as necessidades para o acesso das crianças com deficiência à pré-escola: número de turmas e a capacidade das salas de aula, vagas oferecidas, evolução da matrícula nos últimos anos e quantidade de vagas a mais necessárias etc.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar e coordenar a realização do diagnóstico relativo à oferta de pré-escola nos Municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Fazer adesão ao planejamento conjunto e fornecer os dados para a realização do diagnóstico.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Na pré-escola, são previstas 20 crianças por turma/professor (documento do MEC com parâmetros da educação infantil e Parecer CEB/CNE 17/2012, não homologado)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO

PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO DA OFERTA DE PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Elaborar plano de ação para universalização da pré-escola nos Municípios, considerando também o acesso das crianças com deficiência.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar a elaboração dos planos de ação para universalização da pré-escola, de forma integrada entre os Municípios, e monitorar a execução desses planos de ação.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Participar do apoio técnico; disponibilizar informações necessárias; arcar com custos decorrentes.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Com base nos dados relativos à população de 4 e 5 anos atual e projetada e das vagas hoje oferecidas na pré-escola nos Municípios, o plano de ação deverá prever a ampliação das vagas e as medidas necessárias, quanto a espaço físico, recursos humanos e financeiros

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

OTIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS MUNICIPAIS EXISTENTES

OBJETIVO

Ampliar a oferta de espaços para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Elaborar com os Municípios estudo para verificar a ociosidade das estruturas públicas municipais (seja a rede física de ensino ou de outras áreas do governo) que possam ser transformadas em espaços para pré-escola

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Analisar a possibilidade de utilização de espaços ociosos na rede pública municipal para ampliação da oferta de vagas na pré-escola, incluindo a organização de espaços escolares preparados para receber crianças com deficiência.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal e demais secretarias/órgãos municipais (que possam ter espaços ociosos)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A ampliação das vagas na pré-escola poderá ser realizada por mais de uma iniciativa. A primeira pode ser a utilização de espaços ociosos na rede municipal

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO REORGANIZAÇÃO FÍSICA DA REDE

OBJETIVO

Ampliar a oferta de espaços para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Promover reordenamento físico da rede estadual e municipal (rede pública) para liberar espaços físicos para a pré-escola.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Promover em conjunto com o Estado a reorganização da rede física de escolas municipais e estaduais para o aumento das vagas na pré-escola.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Não existindo ou se esgotando os espaços ociosos nas redes municipais sem atender a ampliação das vagas necessárias, a segunda alternativa pode ser o reordenamento da oferta da educação básica entre as redes estadual e a municipal. Por exemplo, a rede estadual pode absorver turmas de anos finais do EF hoje oferecidas na rede municipal para liberar salas de aula para a pré-escola em escolas municipais

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES PARA OFERTA DE PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Ampliar a oferta de espaços para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios na elaboração ou ampliação dos convênios com instituições privadas sem fins lucrativos (questão jurídica - regularização de prédios e acordos).

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Firmar convênios com instituições privadas sem fins lucrativos que já proveem ou são potenciais agentes na oferta do ensino infantil

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal, Sociedade civil, Famílias e Comunidade Educativa

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Se as duas alternativas anteriores não resolveram o problema da ampliação de vagas na pré-escola, podem ser firmados ou ampliados convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, pois as mesmas podem receber recurso do Fundeb.

Instituições conveniadas podem receber recurso do Fundeb: até a universalização da pré-escola, matrículas em instituições conveniadas são computadas na redistribuição dos recursos do Fundo (Lei 11.494/07, art. 8º, § 3º, com redação da Lei 13.348/16)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA OU PRÉDIOS ESCOLARES

OBJETIVO

Ampliar a oferta de espaços para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar na busca de recursos e na elaboração de projetos para ampliação da rede municipal de ensino.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Buscar fontes de recursos para financiar a construção de novas salas e/ou prédios escolares; Adotar o padrão de projeto de novas unidades de pré-escola feito pelo estado.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Se a utilização de espaços ociosos, o reordenamento da oferta entre a rede estadual e municipal e convênios com instituições privadas forem insuficientes, será necessário construir novas salas ou prédios escolares

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

REGULAÇÃO DO QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS NA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Definir, por meio de ato normativo, o quantitativo de pessoal necessário para a oferta de educação e cuidado com qualidade na pré-escola

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Auxiliar os municípios na definição da legislação que regula o quantitativo de pessoal, por meio do próprio CEE ou dos Conselhos Municipais.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Se articular com o estado para estabelecer uma regra adequada quanto ao pessoal necessário para a pré-escola (professores/criança). Na existência de um sistema próprio de ensino municipal, o município deve criar uma regra municipal.

● ATORES ENVOLVIDOS

Conselho Estadual de Educação e Conselhos Municipais de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Não há normatização em âmbito federal para a relação adequada de alunos por professor na pré-escola. Essa regulamentação é da atribuição dos sistemas estaduais e, onde houver, dos sistemas municipais de ensino. Estabelecer essa relação adequada é pré-condição para se definir o quantitativo de pessoal será necessário para a universalização da pré-escola nos Municípios.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

REALOCAÇÃO DE PESSOAL DA REDE MUNICIPAL PARA A PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Ampliar a oferta de profissionais qualificados para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios a fazer a realocação dos professores da rede municipal para a pré-escola.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Avaliar dentro da rede municipal a possibilidade de realocação para a pré-escola;
Emprestar ou receber professores de acordo com o resultado da avaliação e da realidade local.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Para promover o pessoal necessário à universalização da pré-escola, é possível realocar professores municipais, por exemplo, cedidos para fora da rede de ensino ou em atividades extraclasse nas escolas

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

PERMUTA DE PESSOAL COM A REDE ESTADUAL (INCLUINDO EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I)

OBJETIVO

Ampliar a oferta de profissionais qualificados para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Promover permuta ou cedência de pessoal, com ressarcimento, da rede estadual para a municipal.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Avaliar junto as demais etapas de educação e ao estado possíveis sobras ou faltas de pessoal para equalização.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Se a realocação de pessoal na rede municipal for insuficiente, é possível a cedência de pessoal da rede estadual para a municipal, com ressarcimento, ou a permuta de pessoal entre as redes estadual e municipal

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

CONTRATAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

OBJETIVO

Ampliar a oferta de profissionais qualificados para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas, prioritariamente por meio de concursos públicos para garantir quadro efetivo de profissionais e evitar a descontinuidade das políticas de pessoal e formação.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios nos processos de seleção e contratação de pessoal para admissão na rede municipal de ensino.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Disponibilizar profissionais para elaborar estudo sobre a necessidade de pessoal, em conjunto com os Estados, e fornecer os dados necessários para realização do estudo. Realizar o processo de seleção/concurso e contratar novos profissionais (professores, coordenadores, assistentes, etc.).

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Se a realocação de pessoal na rede municipal ou a cedência ou permuta entre as redes estadual e municipal forem insuficientes, será necessário admitir novos professores para as escolas municipais

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

PROVISÃO DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENÇÃO E CUSTEIO DA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Avaliar as fontes de recursos para manutenção e custeio da pré-escola em função das ações definidas para a universalização e articular entre estados e municípios a busca de parcerias para obtenção destes recursos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Auxiliar os municípios a captarem recursos extras (se necessário).

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Avaliar se os investimentos para a universalização poderão ser feitos com recursos dos municípios/ estados ou se serão necessários recursos extras (advindos de parcerias).

● ATORES ENVOLVIDOS

Governo do Estado, Municipal e Federal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Para a ampliação da pré-escola, serão necessários mais recursos financeiros, que poderão ser dos Municípios ou recursos extras – transferências dos Estados ou obtidos por meio de parcerias

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

BUSCA ATIVA DAS CRIANÇAS QUE ESTÃO FORA DA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Promover busca ativa de crianças de 4 e 5 anos, em parceria com assistência social, saúde e proteção à infância.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios na implementação de ações intersetoriais para a localização das crianças e sensibilização das famílias.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Fazer as visitas de sensibilização das famílias in loco. Articular com as secretarias municipais (saúde, assistência social, órgãos de controle) envolvidas.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, Ministério Público, Conselho Tutelar

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Se há falta de demanda, o Município deve fazer a busca ativa. É dever do poder público assegurar matrícula e dever dos pais ou responsáveis matricularem e assegurarem a frequência das crianças à escola (Alteração da LDB pela Lei 12.796/2013)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PROMOÇÃO DA QUALIDADE

REORGANIZAÇÃO DE PADRÕES FÍSICOS DE INFRAESTRUTURA DA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Definir padrão de infraestrutura para a pré-escola no Estado que responda às necessidades dos Municípios, que seja economicamente viável e que considere a questão do acesso de crianças com deficiência.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Elaborar projeto padrão de infraestrutura que responda às necessidades dos Municípios do Estado; e
Articular, junto ao FNDE, responsável pelo Pró-infância, para buscar resoluções para os problemas dos Municípios em relação às obras paralisadas ou inacabadas do programa.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Aderir ao projeto padrão de infraestrutura estadual para a pré-escola; e Disponibilizar o articulador municipal para apresentar as situações problemas que devem ser elevadas para a discussão e providenciar as documentações para resolução.

● ATORES ENVOLVIDOS

Governo do Estado e dos Municípios; Secretarias de educação estadual e municipal.

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Para assegurar a qualidade da educação, é preciso definir padrão para a infraestrutura física da pré-escola, como padrões arquitetônicos (por ex, banheiros adaptados) e espaços escolares (por ex, brinquedotecas)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PROMOÇÃO DA QUALIDADE

IMPLANTAÇÃO DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA

OBJETIVO

Implementar a BNCC da educação infantil nas redes municipais de ensino, processo já iniciado sob coordenação em âmbito nacional do MEC, Consed e Undime.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Coordenar no Estado, em conjunto com a seção estadual da Undime e com apoio do MEC, o processo já iniciado de implementação da BNCC da educação infantil, vinculado à formação dos professores, envolvendo todos os Municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Participar do processo de implementação da BNCC da educação infantil, já iniciado no Estado sob coordenação da Seduc e da seção estadual da Undime, com apoio do MEC.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Educação estadual e municipal, Undime, MEC, Consed

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Prevista na legislação educacional, a BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi homologada pelo MEC em dez de 2017 e seu processo de implementação está em andamento em todo o país em 2018.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PROMOÇÃO DA QUALIDADE

ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO

OBJETIVO

Garantir material pedagógico diversificado e apropriado à pré-escola, incluindo brinquedos, lápis de cor, lápis de cera, massinha, tintas, papéis, CDs, DVDs e livros de literatura infantil em número por crianças e turmas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Articular junto ao MEC a aquisição conjunta e distribuição sistemática do material pedagógico para a pré-escola na rede de ensino do Municípios do Estado; Construir/disponibilizar atas de registros de preço (do estado ou governo federal) que possa ser utilizada pelos municípios, diminuindo custos e facilitando a aquisição.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Distribuir para as escolas o material pedagógico recebido do MEC e orientar as equipes escolares na sua utilização.

● ATORES ENVOLVIDOS

MEC, Secretarias de Educação estadual e municipal, Secretaria de Planejamento/ Fazenda/ Administração

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Material pedagógico previsto no Parecer CEB/CNE 17/2012, não homologado

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PROMOÇÃO DA QUALIDADE

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO

Oferecer aos Municípios apoio à formação continuada dos professores e apoio à gestão escolar.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Orientar os Municípios para elaboração e desenvolvimento dos planos de formação continuada aos professores e prover acompanhamento pedagógico. Apoiar os municípios na assistência técnico-pedagógica aos professores, voltada para o cuidado e ensino das crianças com deficiência.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Elaborar plano de formação continuada para os professores da educação infantil; Garantir a participação de professores municipais nos encontros de formação propostos pelos Estados; Disponibilizar informações necessárias; Arcar com custos decorrentes; Multiplicar o conteúdo nas unidades educativas.

● ATORES ENVOLVIDOS

MEC, Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

LDB (art. 62): formação para a docência na educação básica em licenciatura plena, admitida, como mínima, a formação em nível médio, modalidade normal, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; PNE (estratégia 1.8): formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO PROMOÇÃO DA QUALIDADE

FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES ESCOLARES NAS ÁREAS DE GESTÃO E TÉCNICO-PEDAGÓGICA

OBJETIVO

Oferecer aos Municípios apoio à formação dos profissionais que atuam na gestão escolar (diretores, coordenadores e técnicos da secretaria), no âmbito da pré-escola.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios em formações específicas, relacionadas à diversas temáticas, como PAR Municipal; PCR; PME; captação de recursos, etc.; Monitorar a evolução deste apoio; Realizar a capacitação destes profissionais.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Garantir a participação de profissionais municipais nos encontros de formação propostos pelos Estados; disponibilizar informações necessárias; arcar com custos decorrentes; Multiplicar o conteúdo nas unidades educativas.

● ATORES ENVOLVIDOS

MEC, Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Inúmeras pesquisas tem demonstrado a importância da gestão escolar para a qualidade da educação (Mendonça; Paes de Barros, 1997; Menezes-Filho; Nuñez; Ribeiro, 2008; Marioni; Freguglia; Costa, 2013). Por isso, é fundamental que se desenvolvam iniciativas de formação dos gestores escolares, por meio de programas e ações implementadas em regime de colaboração entre os Estados e os Municípios

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO GESTÃO E GOVERNANÇA

INSTITUIÇÃO DE INSTÂNCIA BIPARTITE E PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO, COOPERAÇÃO E PACTUAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO

Criar/fortalecer instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre Estado e Municípios para fortalecimento do regime de colaboração quanto à execução e gestão das ações de educação infantil e ensino fundamental

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Criar a instância bipartite, formalizar e institucionalizar seus encontros;
Indicar profissionais para compor a instância bipartite;
Realizar a articulação com o Governo federal, quando necessário.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Indicar profissionais para compor a instância bipartite;
Participar e integrar ativamente a instância bipartite.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal, Governo do Estado e dos Municípios; e Undime

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Instância prevista no art. 7º, § 6º, da Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2014 a 2024

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO GESTÃO E GOVERNANÇA

CRIAÇÃO DE INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO ESTADUAL PARA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

OBJETIVO

Criar/fortalecer na estrutura da Secretaria Estadual de Educação, órgão de articulação para a participação efetiva na execução dos projetos em parceria estado-municípios.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Criar estrutura formal, dentro da secretaria de educação, para trabalhar a temática da educação infantil em articulação com os Municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Indicar um profissional que atue na secretaria de educação municipal, com a temática de educação infantil, para ser o articulador e responsável pelas iniciativas no âmbito do Município e garantir o repasse das informações, dados etc ao estado.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Além da criação ou fortalecimento da instância bipartite entre Estado e Municípios, prevista no PNE, instância colegiada de caráter deliberativo, é preciso um órgão dentro da Secretaria Estadual de Educação (departamento, diretoria, coordenação etc.), de caráter administrativo, que execute e encaminhe as ações decorrentes das decisões pactuadas na instância bipartite

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO GESTÃO E GOVERNANÇA

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO ESCOLAR ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS

OBJETIVO

Possibilitar a gestão e o monitoramento integrados da rede pública no que se refere à gestão escolar das unidades de educação infantil.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Disponibilizar para os Municípios sistema integrado de gestão escolar (termo de cooperação), que possibilite a sistematização de informações, como matrícula, plano de aula/atividade, rotina da secretaria escolar etc.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Inserir os dados no sistema e utilizá-lo para gestão da rede; definir equipe técnica para operar o sistema.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Além de qualificar os gestores, é preciso implementar um sistema de monitoramento da gestão escolar em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO GESTÃO E GOVERNANÇA

SENSIBILIZAÇÃO/MOBILIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO

Sensibilizar prefeitos, secretários e coordenadores de políticas de educação infantil, em caráter permanente, para a importância do trabalho articulado nesta área.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Organizar workshops de sensibilização para a importância da Educação infantil e a corresponsabilidade na gestão com os diversos atores que atuam com o tema nos Municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Participar dos workshops de sensibilização; Multiplicar o conteúdo dos workshops para os gestores escolares e outros agentes municipais.

ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal, Prefeitos, Secretários e Coordenadores de Políticas de Educação Infantil, Sociedade Civil, Comunidade Educativa, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Ministério Público e Conselho Tutelar

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Para o sucesso das políticas para a educação infantil, é imprescindível que os agentes políticos e os gestores públicos, assim como a opinião pública, sejam sensibilizados para a importância do desenvolvimento humano na primeira infância. Para isso, além das iniciativas internas à administração pública, é preciso desenvolver ações de comunicação e mobilização social

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Longo prazo

DESAFIO 1 | UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA



EIXO GESTÃO E GOVERNANÇA

ESTÍMULO À TROCA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS ENTRE MUNICÍPIOS

OBJETIVO

Promover a troca de experiências entre os Municípios.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Fomentar e identificar os Municípios que possuem práticas replicáveis; Organizar workshops de trocas de melhores práticas entre Municípios na área de Educação Infantil.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Participar na troca ativa de práticas nos workshops.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Educação estadual e municipal

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Experiências bem sucedidas realizadas em alguns Municípios podem servir de modelo para solução de problemas e melhoria da gestão e da qualidade da educação na pré-escola, em outros Municípios

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo



2.2

IDEB I

**DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA**

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

Em **2015**, aproximadamente, **12,8 milhões** de crianças estavam matriculadas na rede pública do **Ensino Fundamental** nos anos iniciais, no **Brasil**.



1.858.000 dessas crianças viviam nos 7 estados do **Brasil Central**, o equivalente a **14,5%** do total.



15% foi a redução no número de matrículas nos anos iniciais do EF (rede pública) no **BrC**, entre 2007 e **2015**.

5,1 foi a nota registrada no **IDEB** do EF anos (rede pública) iniciais em **2015**, no **Brasil Central** (Brasil: 5,3).



E **12,1%** foi a redução do número de **crianças em idade escolar** para o EFI (6 a 10 anos), no **BrC**, entre 2005 e 2015.

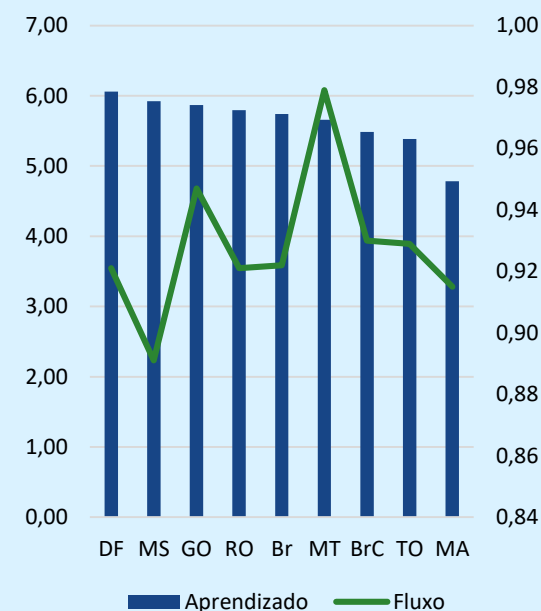


1,2 foi o aumento na nota registrada no **IDEB** do EF (rede pública) anos iniciais de 2007 para **2015**, no **Brasil Central** (Brasil: 1,3).



O FOCO DO AVANÇO NO IDEB DEVE SER O APRENDIZADO DOS ALUNOS, MAS ALGUNS ESTADOS AINDA PODEM MELHORAR O FLUXO.

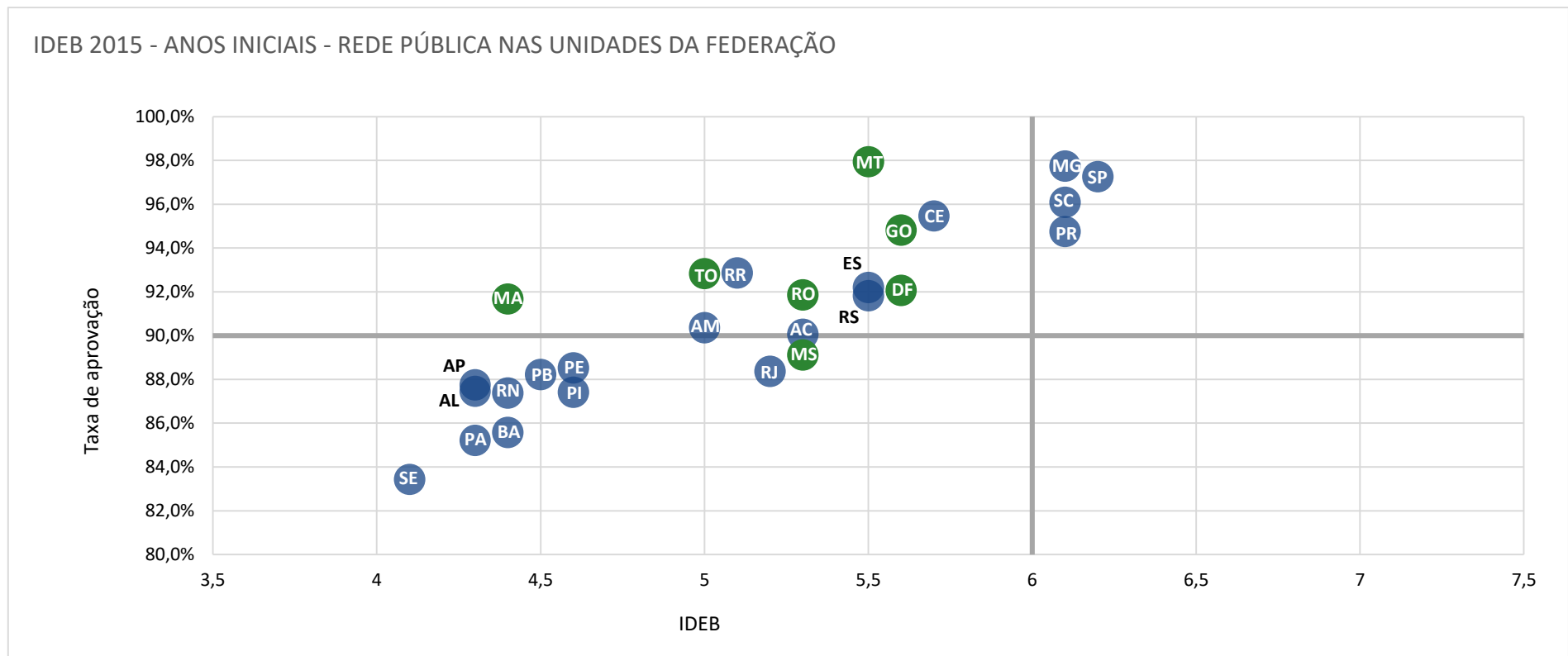
Aprendizado e Fluxo (2015)



Fonte: Macroplan com base em dados do Censo Escolar e INEP, 2015.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

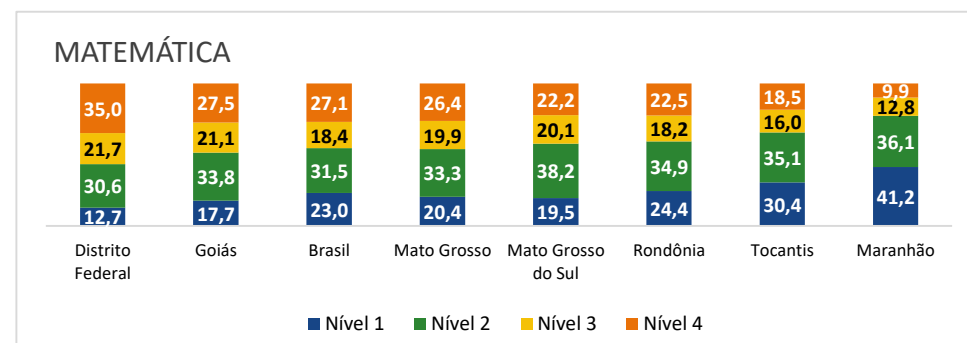
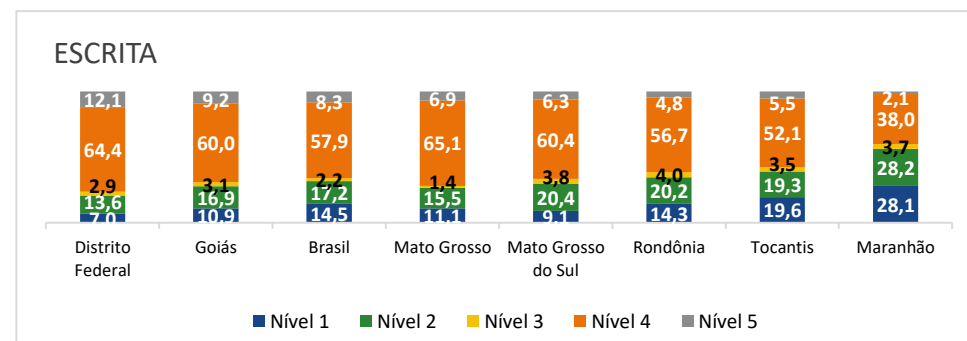
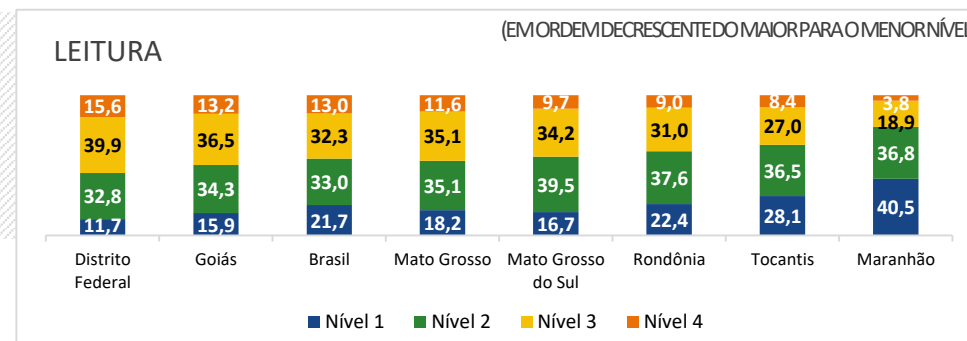
O resultado do produto do fluxo e do aprendizado dos alunos é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Observa-se no gráfico abaixo, que os estados membros do Consórcio Brasil Central, com a exceção do Mato Grosso do Sul, apresentam taxa de aprovação superior a 90%, estando próximos ou acima da média do Brasil (92%), e IDEB entre 4,4 e 5,6, resultado inferior ao padrão de referência 6,0.



CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

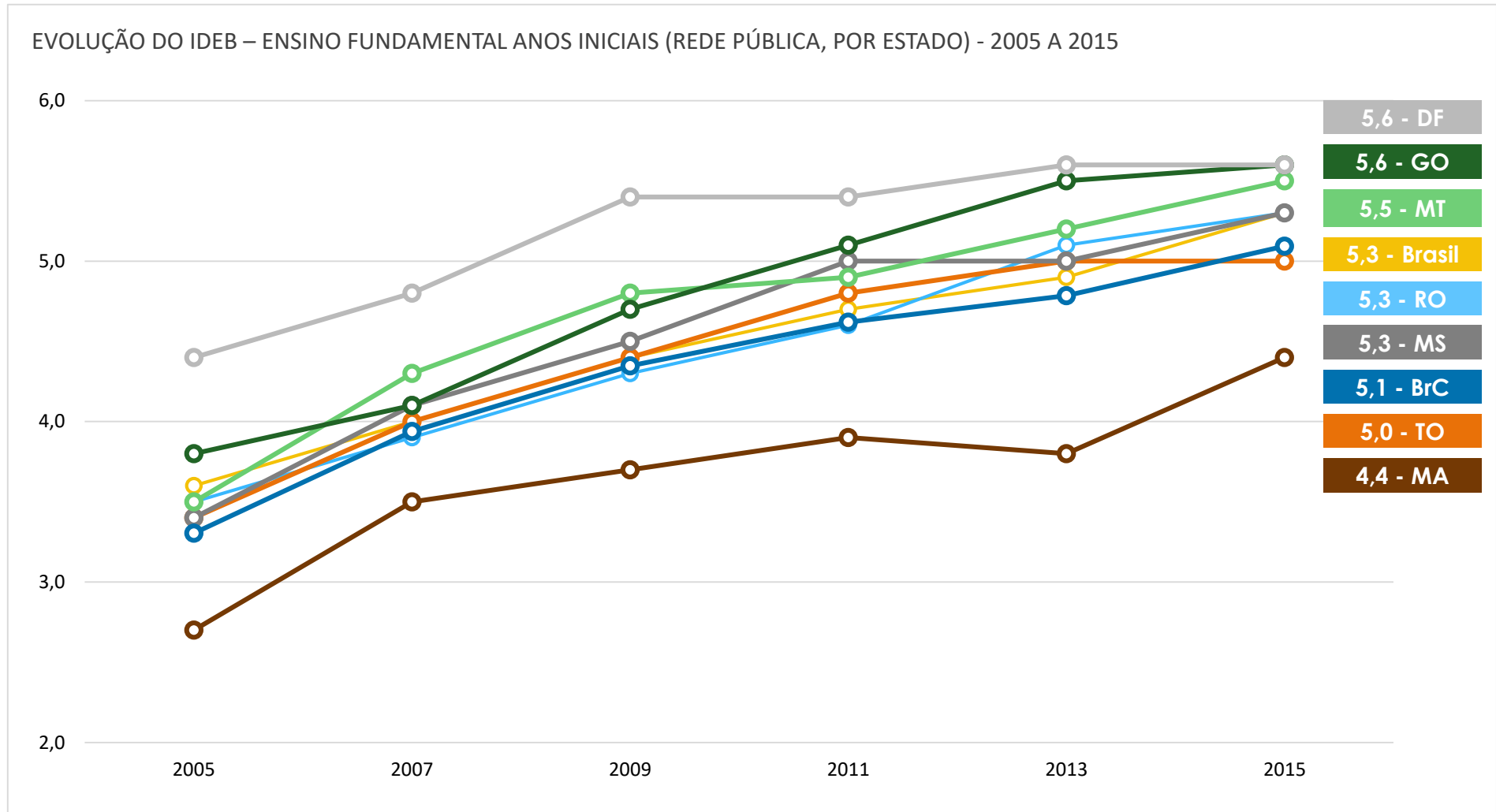
AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2016) – DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA POR ESTADO¹

- Os resultados da ANA de 2016 revelam que, com exceção do DF, em todos os demais estados do BrC mais de 50% dos estudantes apresentam níveis insuficientes de leitura e matemática (encontram-se nos níveis 1 e 2, considerados elementares) no 3º ano do EF. No Brasil, esta situação se repete, 54,7% e 54,5% dos estudantes apresentam níveis insuficientes em leitura e matemática, respectivamente.
- Já em escrita, os resultados variam desde o DF, onde 23,6% dos estudantes apresentam níveis insuficientes (encontram-se nos níveis 1, 2 e 3, considerados elementares), estando abaixo da média do Brasil (31,6%) até o MA, onde este percentual sobe para, aproximadamente 60%.



Fonte: Macroplan a partir de dados do INEP/MEC. ¹ Considerando os resultados da rede total. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) avalia a proficiência dos alunos do 3º ano do ensino fundamental em leitura, escrita e matemática.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

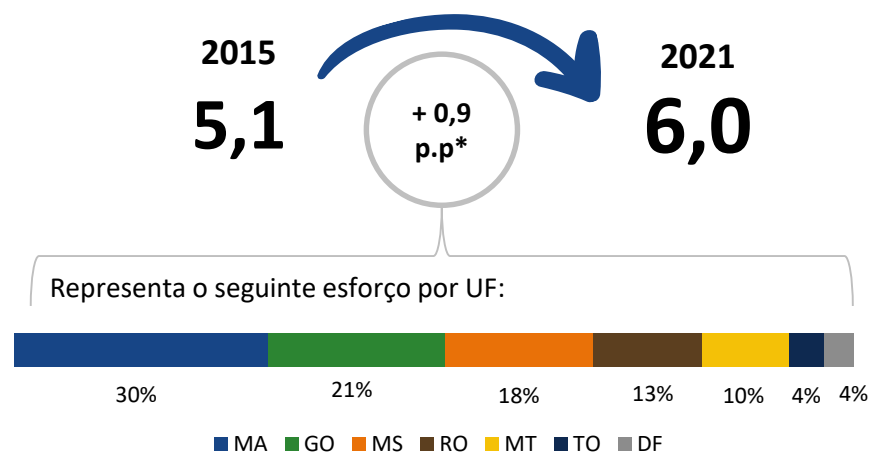


Fonte: Macroplan a partir de dados do INEP/MEC

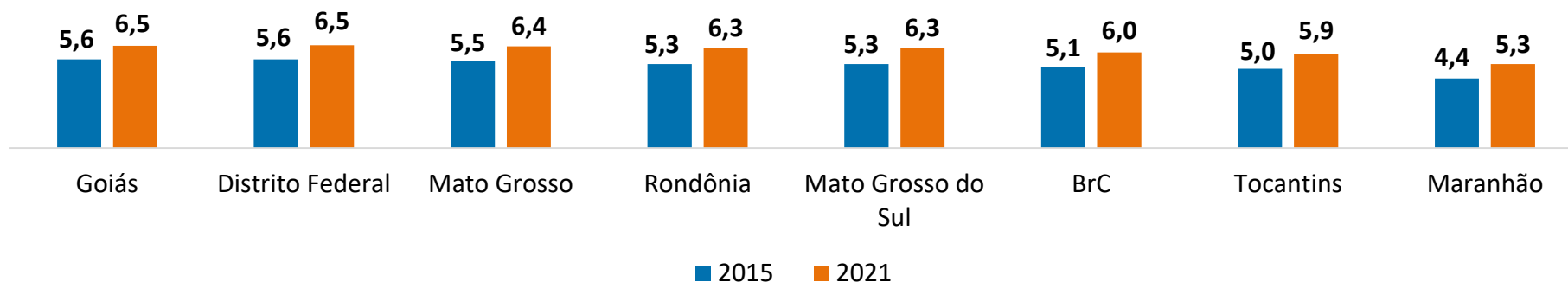
DIANTE DESTE CENÁRIO, O OBJETIVO TRAÇADO PARA O CONSÓRCIO É:

➤ **ALCANÇAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA A NOTA MÉDIA 6,0 NO IDEB**

ESFORÇO DE CADA ESTADO NO DESAFIO



METAS PROJETADAS PARA ELEVAR O IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NA REDE PÚBLICA



Fonte: Macroplan a partir de dados do INEP/MEC.

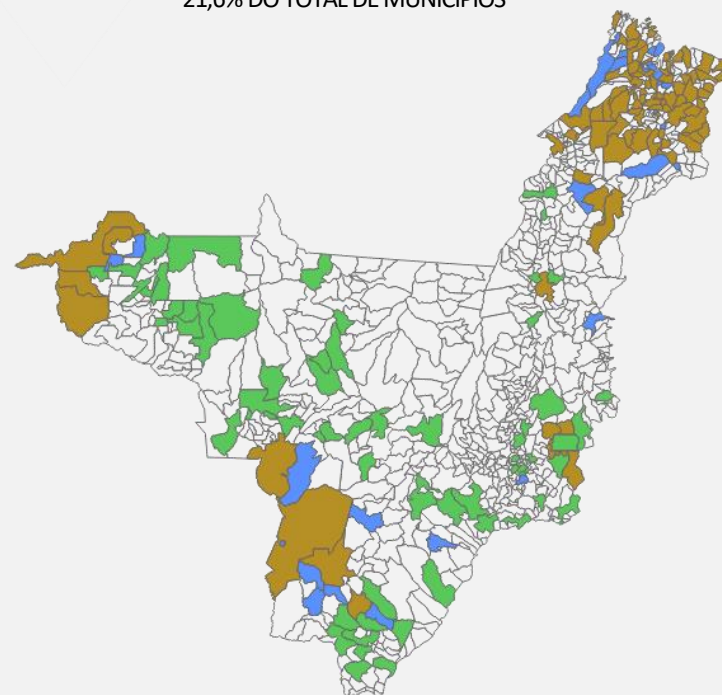
PARA ALCANÇAR ESSAS METAS, SERÁ PRECISO INTENSIFICAR OS ESFORÇOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS

As matrículas da rede pública do ensino fundamental, nos anos iniciais, estão concentradas territorialmente:

- No Brasil, 18,4% dos 5.570 municípios são responsáveis por 70% das matrículas (2015).
- Nos estados do BrC, em 2015, 188 municípios (21,6% do total) representavam 69% das matrículas na região. Além disso, 2/3 dos municípios selecionados (do total de 188) para o Aliança Municipal pela Competitividade apresentaram IDEB inferior à média da região (5,1).

Obs: Municípios prioritários são aqueles que representam 2/3 do total de matrículas no EF anos iniciais na região Brasil Central. Municípios focais são aqueles que apresentam IDEB abaixo da média da região BrC. Municípios Prioritário+Focal são os municípios que entrariam nos dois grupos: alta representatividade e IDEB abaixo da média do BrC

» **188** MUNICÍPIOS
21,6% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS



■ Grupo Prioritário ■ Grupo Focal
■ Grupo Prioritário + Focal □ Outros municípios

TEMAS CENTRAIS PARA SUPERAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DA ARTICULAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS

DESAFIO 2

Elevar o IDEB dos anos iniciais da rede pública de 5,1 para 6,0, em 2021



SISTEMA
ESTRUTURADO DE
ENSINO

- » Currículo
- » Material didático
- » Acompanhamento pedagógico com foco no ciclo de alfabetização
- » Sistema permanente de avaliação e acompanhamento dos resultados da rede pública (estadual e municipal)
- » Formação continuada dos professores



GESTÃO ESCOLAR

- » Fortalecimento da gestão escolar
- » Modelo de seleção de diretores escolares
- » Melhoria e controle do fluxo escolar



INFRAESTRUTURA E
GESTÃO DA REDE

- » Infraestrutura adequada
- » Sistema integrado e informatizado de gestão escolar
- » Reordenamento físico das redes
- » Realocação de profissionais das redes

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO CURRÍCULO

OBJETIVO

Estruturar currículo único de ensino para os anos iniciais do ensino fundamental, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Coordenar e apoiar a estruturação de um currículo integrado com conteúdo programado por expectativa de aprendizagem (matriz curricular; objetivos de aprendizagem) para os municípios do estado.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Estruturar o currículo conjuntamente com o estado e os demais municípios e adotá-lo no sistema municipal de ensino; Garantir a construção dos PPP das escolas a partir deste currículo.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação e outras instituições correlacionadas (Ex: UNDIME, Universidades, etc)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a BNCC deve nortear a elaboração dos currículos dos sistemas e redes de ensino dos estados e municípios brasileiros e, também, as propostas pedagógicas de todas as escolas (públicas e privadas) do Ensino Fundamental (Ministério da Educação, MEC)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO MATERIAL DIDÁTICO

OBJETIVO

Fornecer material didático estruturado e bem definido com base no currículo por expectativa de aprendizagem.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Desenvolver e/ou disponibilizar o material didático para a rede municipal e estadual e aprimorar permanentemente o material.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Reproduzir e aplicar o material didático na rede. Fornecer sugestões de melhoria dos materiais para o estado.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Os materiais didáticos são instrumentos fundamentais para a mediação da aprendizagem dos estudantes e devem ser desenvolvidos e implementados de acordo com as especificidades da realidade local e considerando a integração entre teoria e prática

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COM FOCO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

OBJETIVO

Monitorar as práticas educativas para viabilizar intervenções pedagógicas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os municípios no acompanhamento pedagógico, em todos os anos do EF I, e compartilhar práticas pedagógicas inovadoras com os municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Acompanhar processo de ensino em todos os anos do EF I. Fomentar a prática pedagógica de ensino inovador utilizando as tecnologias.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Exemplo de Vitória-ES: Programa de Educação Integral em Vitória. “O acompanhamento pedagógico proporciona um trabalho coletivo entre a equipe da Secretaria de Educação com as equipes das escolas na elaboração e no desenvolvimento de objetivos e indicadores que qualificam as ações de educação integral. Através do acompanhamento, podemos identificar os desafios a serem superados, avaliar as ações realizadas e repensar as práticas pedagógicas” - Fátima Rodrigues, coordenadora do Programa

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto/médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO

SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA REDE PÚBLICA (ESTADUAL E MUNICIPAL)

OBJETIVO

Implementar sistema único de avaliação que possibilite intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo e verificação da aprendizagem do aluno ao final do ano.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Estruturar um sistema de avaliação anual com provas anuais e semestrais ou trimestrais, disponibilizá-lo aos municípios. Fornecer os materiais necessários, analisar os resultados e apoiar os municípios na interpretação dos resultados e enviar as informações consolidadas aos municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Aderir ao sistema de avaliação e engajar as unidades escolares para a aplicação das provas. Se comprometer com a aplicação das avaliações, análise dos dados e criação de planos de ação interventivos em parceria com os estados.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A avaliação é considerada por muitos estudiosos um importante instrumento de melhoria da qualidade, fundamental para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos (CASTRO, 2009)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

OBJETIVO

Intensificar a formação dos professores, com foco na aplicação de metodologias de ensino e utilização dos materiais didáticos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Planejar capacitações em conjunto com os municípios e estabelecer calendário único na rede pública para formações. Formar equipe para auxiliar a capacitação continuada dos professores articulando parcerias com instituições bem sucedidas nesta área. Fomentar a troca de experiências e boas práticas pedagógicas.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Realizar um diagnóstico das suas necessidades e elaborar um plano de formação. Adesão do município e engajamento das unidades escolares; assumir a logística, incluindo os custos logísticos. Disponibilizar o profissional para receber a capacitação e implantá-la no município. Participar das trocas de experiências.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

LDB (art. 62): formação para a docência na educação básica em licenciatura plena, admitida, como mínima, a formação em nível médio, modalidade normal, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO GESTÃO ESCOLAR FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

OBJETIVO

Capacitar os gestores escolares para fortalecer a gestão escolar com base em resultados e melhores práticas de gestão.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Elaborar programa de formação dos gestores em temas como: gestão, planejamento e organização pedagógica, coordenação de equipes e relacionamento com as famílias e os alunos. Estimular a gestão escolar com base em resultados de avaliações externas e internas e sensibilizar os gestores através das regionais sobre a importância e as melhores formas de análise do IDEB e da ANA.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Aderir e engajar as unidades escolares, assumindo os custos logísticos. Disponibilizar o profissional para receber a capacitação e implantá-la no município. Estabelecer planos de ação com base na análise dos resultados das avaliações para a elevação do IDEB.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Inúmeras pesquisas tem demonstrado a importância da gestão escolar para a qualidade da educação (Mendoca; Paes de Barros, 1997; Menezes-Filho; Nuñez; Ribeiro, 2008; Marioni; Freguglia; Costa, 2013). Por isso, é fundamental que se desenvolvam iniciativas de formação dos gestores escolares

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto/Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO GESTÃO ESCOLAR

MODELO DE SELEÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

OBJETIVO

Aprimorar o modelo de seleção de diretores escolares.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Auxiliar no aprimoramento do modelo de seleção de diretores escolares, definindo critérios técnicos de seleção e orientando os municípios sobre implantação do modelo.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Aplicar o modelo de seleção com base nos critérios técnicos definidos.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação, comunidade escolar

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Segundo estudo feito pela Fundação Itaú Social, considerando o efeito direto do modelo de seleção e gestores no IDEB, tanto o formato de Seleção quanto de Seleção e Eleição causaram, no geral, impactos mais positivos no indicador do que o formato de indicação política

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO GESTÃO ESCOLAR MELHORIA E CONTROLE DO FLUXO ESCOLAR

OBJETIVO

Estruturar e implementar processo de monitoramento da frequência dos alunos, em articulação com outros atores, de modo a reduzir os problemas de fluxo (evasão e reprovação).

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Acompanhar de forma sistemática a frequência escolar dos alunos; Reforçar o diálogo e a parceria com os atores responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família relativas à frequência escolar; Identificar situações que requeiram transporte escolar, aportando recursos necessários; Identificar e coibir práticas de trabalho infantil.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Identificar situações críticas que possam estar afetando a frequência escolar;
Implantar programas ativos de colaboração das escolas com as famílias para garantir a presença frequente dos alunos.

ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, Conselho Tutelar, Ministério Público, Famílias, Comunidade escolar

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Apesar da maioria dos estados do BrC possuírem indicadores de fluxo maiores ou iguais ao Brasil (92%), com a exceção do Mato Grosso do Sul, ainda há margem para crescimento da taxa de aprovação, em especial no que se refere à mitigação da evasão escolar

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO INFRAESTRUTURA E GESTÃO DA REDE INFRAESTRUTURA ADEQUADA

OBJETIVO

Desenvolver um padrão adequado de infraestrutura nas escolas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Definir um projeto padrão de infraestrutura para as escolas e disponibilizar equipe estadual para analisar as especificidades dos espaços/territórios municipais e orientar a implementação do projeto de acordo com a realidade local.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Mapear o estado atual das escolas e implementar os padrões definidos.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Em 2015, apenas 4,6% das escolas públicas de Ensino Fundamental de todo o Brasil dispunham de infraestrutura adequada para o trabalho pedagógico, segundo levantamento do Todos Pela Educação, para o observatório do PNE.

“Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, se não há um ambiente com condições térmicas e de salubridade adequadas, não há conforto. Isso afeta a concentração e a autoestima dos estudantes” - Joaquim Soares Neto, especialista em avaliação da UnB

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO INFRAESTRUTURA E GESTÃO DA REDE SISTEMA INTEGRADO E INFORMATIZADO DE GESTÃO ESCOLAR

OBJETIVO

Desenvolver e/ou implementar sistema integrado que reúna informações de todas as escolas da rede pública (estadual e municipal).

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Disponibilizar um sistema integrado (estado-municípios) e informatizado de gestão escolar com dados de frequência dos alunos e professores, monitoramento da matriz curricular, quantitativo de pessoal e fluxo. Utilizar as informações geradas pelo sistema como subsídio para reuniões e tomada de decisão.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Disponibilizar um profissional capacitado para utilização do sistema; prover computador e garantir a inserção dos dados no sistema com frequência e qualidade adequados.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fazenda, Secretarias de Governo Municipal e Estadual e profissionais de T.I. do Governo

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Segundo estudo de Nick Bloom (2015), redes escolares que utilizam dados para acompanhar os alunos e planejar aulas, se saem melhor nos indicadores de aprendizagem. Estas fazem uso de métodos de monitoramento das atividades em sala de aula; estabelecem metas de aprendizagem; e usam algum tipo de premiação para bons professores; (Exemplo no Brasil: Sobral - CE). Outros estudos: (Mendoca; Paes de Barros, 1997; Menezes-Filho; Nuñez; Ribeiro, 2008; Marioni; Freguglia; Costa, 2013)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO INFRAESTRUTURA E GESTÃO DA REDE REORDENAMENTO FÍSICO DAS REDES

OBJETIVO

Levantar demanda e oferta de espaços físicos para a educação fundamental de forma a otimizar a infraestrutura disponível.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Fazer estudo de viabilidade sobre o reordenamento da rede pública do ensino fundamental I e II, incluindo as possibilidades de remanejamento da rede entre estado e município (municipalização ou estadualização) e reorganizar os prédios públicos de forma a atender a demanda por vagas e otimizar os espaços.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Mapear a oferta x demanda por vagas no município; Avaliar e reorganizar os prédios públicos municipais para atender a demanda por vagas e otimizar os espaços.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação e demais secretarias com espaços físicos disponíveis.

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Exemplo de Teixeira de Freitas: Reordenamento de 11 escolas, gerando uma economia de R\$480.000 em aluguel por ano, além de economia de 1 milhão e 200 mil reais de custos fixos. O Projeto foi realizado a partir do estudo da demanda de alunos (idade, bairros e posicionamento das escolas) e avaliação física e geográfica dos prédios públicos e alugados

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio/Longo prazo

DESAFIO 2 | ELEVAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA



EIXO INFRAESTRUTURA E GESTÃO DA REDE REALOCAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS REDES

OBJETIVO

Levantar demanda e oferta de profissionais para melhorar a alocação através da permuta entre as redes.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Estabelecer um termo de cooperação técnica visando a permuta de profissionais, a partir do mapeamento da oferta e demanda de profissionais e do reordenamento físico das redes de ensino, considerando a alocação de acordo com sua formação/especialização.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Mapear a oferta e demanda por profissionais do município; Firmar termos de cooperação com os estados sobre a permuta de profissionais.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias Municipal e Estadual de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Juntamente com o reordenamento físico das redes, se faz necessária a realocação de profissionais, que podem ser advindos da rede municipal ou estadual, dependendo da oferta e demanda local

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio/Longo prazo



2.3

Mortalidade infantil

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

37.501 óbitos infantis foram registrados no **Brasil**, em 2015, o que representa taxa de **12,4** a cada mil nascidos vivos.

5.550 desses óbitos infantis aconteceram nos 7 estados do **Brasil Central**, o que equivale a **14,8%** do total.

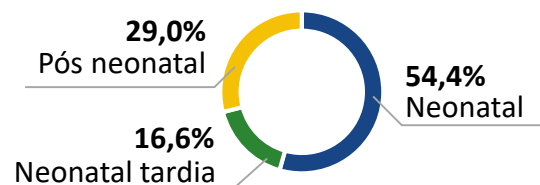


23% foi a redução da taxa de mortalidade infantil no **BrC**, entre **2005 e 2015**.



Porém, a redução registrada no **Brasil** foi superior, **27%**, no mesmo período.

PERÍODO DO ÓBITO NO BRC (2015):



Dentre os óbitos neonatal, **75%** são classificados como óbitos por **causas evitáveis** (mortes que poderiam ser totalmente ou em parte evitável). Dentre os **pós neonatal** são **72%** e **49%** no período **neonatal tardia**.



DENTRE OS ÓBITOS CONSIDERADOS EVITÁVEIS NO BRASIL CENTRAL, EM 2015:



✓ **37%** se deve à falta de atenção à **mulher na gestação**



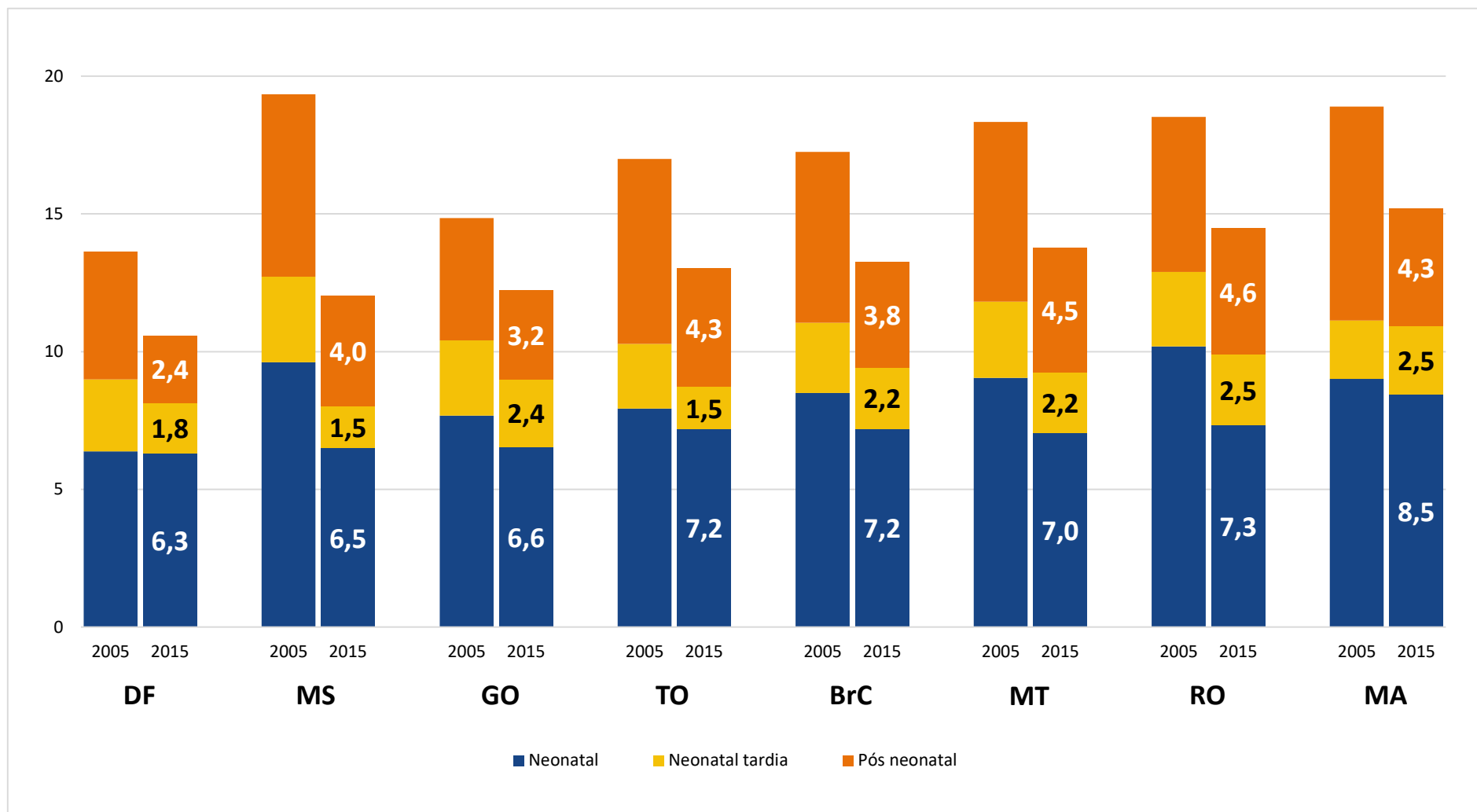
✓ **16,5%** à falta de atenção à mulher no **parto**



✓ **28%** à falta de atenção ao **recém nascido**

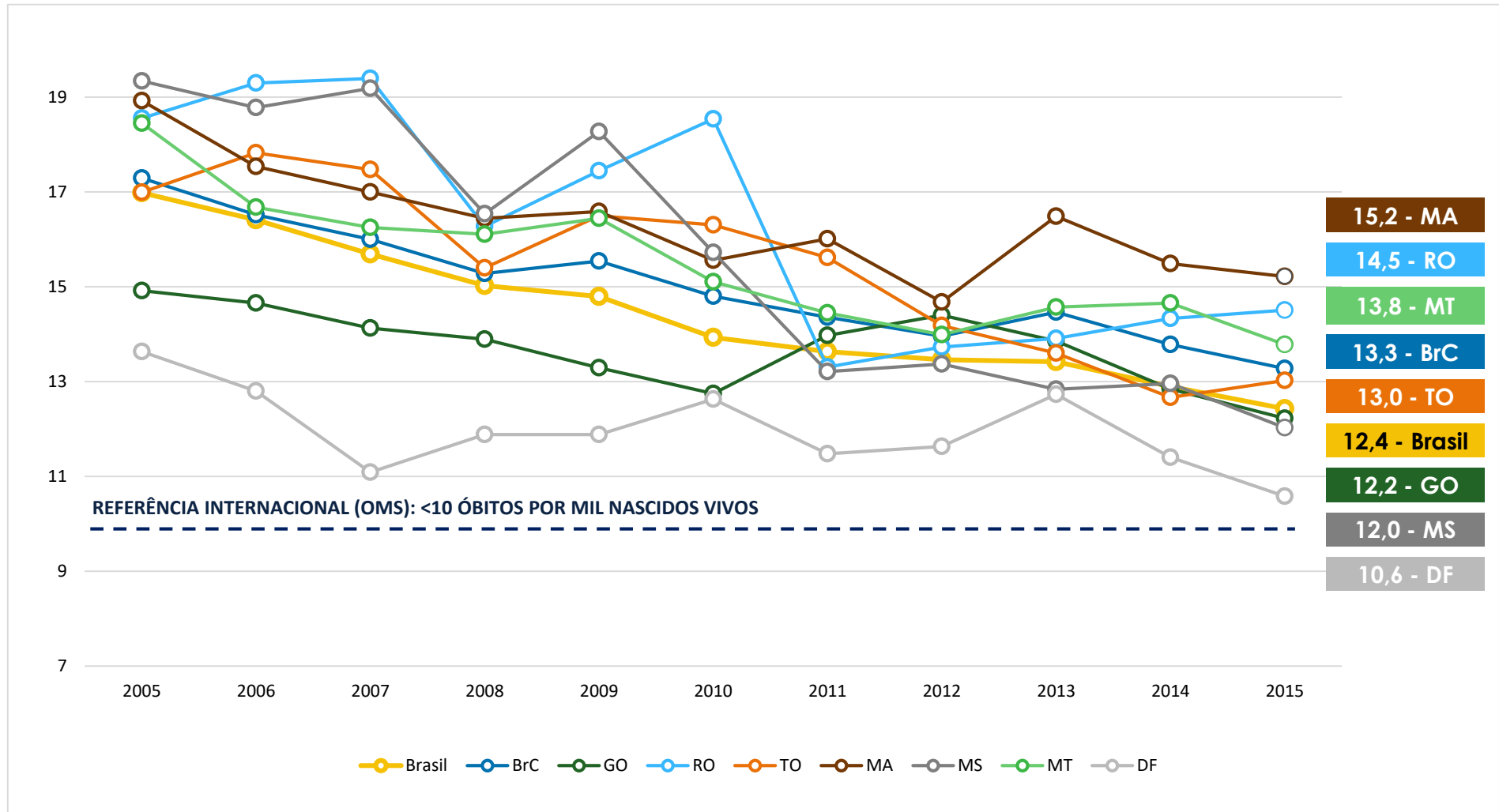
ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL TEM PAPEL CRUCIAL NO CONTROLE DA MORTALIDADE INFANTIL NOS PERÍODOS SUBSEQUENTES AO NASCIMENTO!

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR IDADE DA CRIANÇA (ÓBITOS POR MIL NASCIDOS VIVOS) ESTADOS E BRASIL CENTRAL



Fonte: Macroplan a partir de dados do DataSUS. 1. Neonatal: até 6 dias de idade; Neonatal tardia: de 7 a 28 dias de idade; Pós Neonatal: de 29 dias a um ano de idade.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL¹ POR ESTADO E AGREGADOS BRC E BRASIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS) - 2005 A 2015

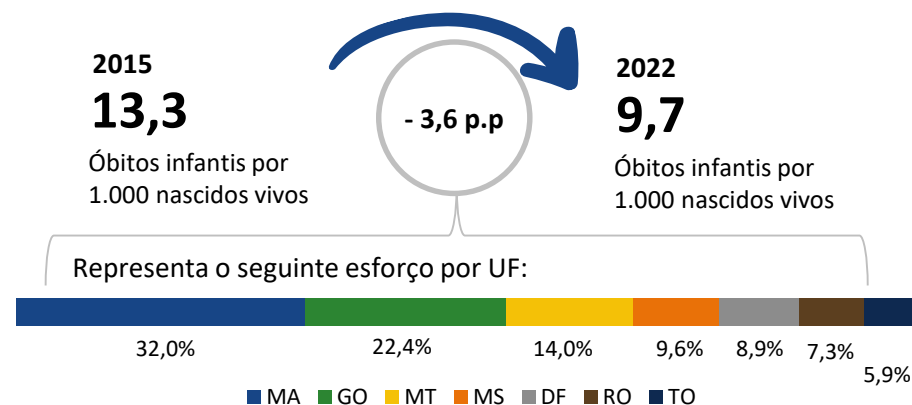


Fonte: Macroplan a partir de dados do DataSUS e projeção populacional IBGE. 1. óbitos de crianças com menos de 1 ano.

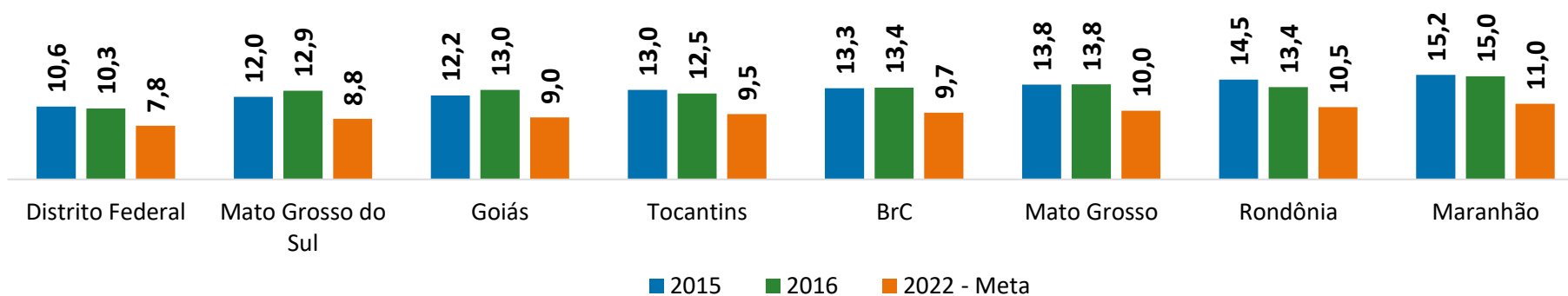
DIANTE DESTE CENÁRIO, O OBJETIVO TRAÇADO PARA O CONSÓRCIO É:

➤ **REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL PARA UM DÍGITO**
(Óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos)

ESFORÇO DE CADA ESTADO NO DESAFIO



METAS PROJETADAS PARA A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, BRC E ESTADOS (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



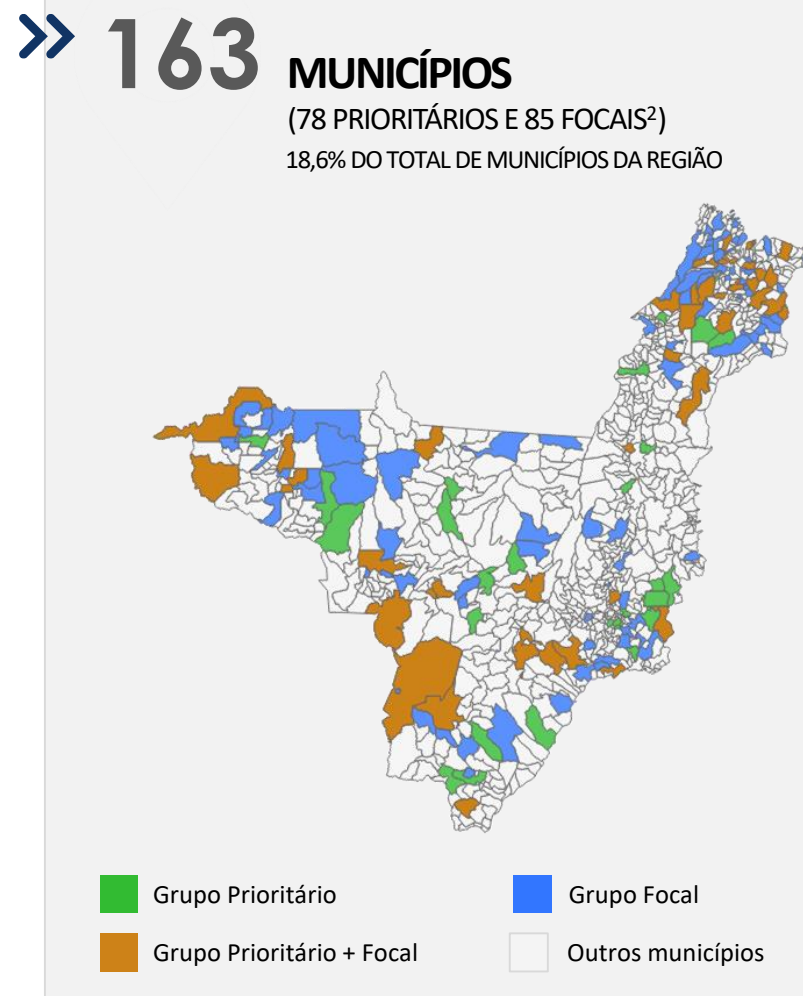
Fonte: Macroplan a partir de dados do DataSUS

PARA ALCANÇAR ESSAS METAS, SERÁ PRECISO INTENSIFICAR OS ESFORÇOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS

Os óbitos infantis estão concentrados territorialmente¹:

- No Brasil, 21% dos 5.570 municípios são responsáveis por 75% do valor total da mortalidade infantil (2015).
- Nos estados do BrC, em 2015, 163 municípios (18,6% do total) representam 73,3% dos óbitos infantis na região.

Obs: 1- Óbitos p/Residência por Município. 2 - Municípios prioritários são aqueles que representam 2/3 do total de óbitos infantis da região Brasil Central. Municípios focais são aqueles que apresentam taxa de mortalidade infantil superior à média da região BrC. Municípios Prioritário+Focal são os municípios que entrariam nos dois grupos: alta representatividade e taxa acima da média do BrC



TEMAS CENTRAIS PARA SUPERÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DA ARTICULAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS

DESAFIO 3

REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL DE 13,3 PARA 9,7 ÓBITOS INFANTIL/MIL NASC. VIVOS, EM 2022

ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL



Este eixo objetiva o alinhamento com a Política Nacional de Atenção Integrada de Saúde da Criança (PNAISC)

- » Definição da linha de cuidado materno-infantil
- » Desenho e pactuação para oferta de serviços regionalizada para assistência ao pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança (Rede Cegonha)
- » Identificação, referenciamento e acompanhamento das gestantes de risco
- » Promoção e apoio a programas de estímulo à amamentação
- » Vinculação do recém-nascido ao serviço de Atenção Primária à saúde



FORMAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE

- » Qualificação e formação continuada dos profissionais que atuam na linha de cuidado materno-infantil



PREVENÇÃO/PROMOÇÃO DA SAÚDE

- » Ampliação do acesso ao Programa de Saúde Reprodutiva
- » Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB)



GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE SAÚDE

- » Análise sistemática da situação da saúde da mulher, criança e adolescente e utilização de dados na gestão da saúde
- » Desenvolvimento de sistema de informação integrado ao sistema oficial, que permita o acompanhamento da gestante e da criança em tempo real



GOVERNANÇA COMPARTILHA DA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL

- » Criação/fortalecimento de espaços de discussão e troca de experiências sobre iniciativas de redução da mortalidade infantil no âmbito municipal
- » Implantação/ativação dos comitês/grupo técnico de vigilância à mortalidade materna, infantil e fetal no nível municipal
- » Articulação e vinculação com os Programas do Governo Federal relacionados com os objetivos de redução da mortalidade infantil

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL DEFINIÇÃO DA LINHA DE CUIDADO MATERNO-INFANTIL

OBJETIVO

Institucionalizar linha de cuidado e definir protocolos e responsabilidades compartilhadas entre estados e municípios. Utilizar esta definição como estratégia para garantir os exames de diagnóstico, medicamentos, recursos para acompanhamento de alto risco e todos os demais serviços necessários para um pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança, de forma regionalizada.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Promover e articular encontros entre gestores da rede de serviços e profissionais de saúde materno-infantil para pactuar, disponibilizar e organizar a rede de Saúde para atender a demanda em todo o estado, inclusive as oriundas dos municípios.
Definir o processo e os protocolos em conjunto com representantes dos municípios;
fortalecer o uso e melhorar continuamente os protocolos e monitorar sua execução.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Desenvolver os trabalhos necessários para facilitar e apoiar a definição da linha de cuidado materno-infantil ao nível regional, fazer levantamentos, organizar grupos de trabalho, e outras ações pertinentes do nível local para garantir a eficácia da atenção ao pré-natal, parto, pós-parto e atenção à criança.
Aplicar os protocolos e fazer seu devido registro.

ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais do Programa de Saúde Materno-Infantil, Profissionais da área de Serviços de Saúde, Planejamento, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Grande parte das causas dos óbitos são evitáveis, principalmente através de prevenção, como acompanhamento pré-natal ou assistência médica nos primeiros dias/semanas de vida (OMS Media Center, Fact Sheet)

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL
DESENHO E PACTUAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS REGIONALIZADA PARA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL,
PARTO E NASCIMENTO, PUERPÉRIO E ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA. (REDE CEGONHA)

OBJETIVO (1/2)

Planejar e regionalizar o atendimento da rede de atenção à saúde, com base na linha de cuidado materno-infantil definida, e promover atuação integrada e colaborativa entre estado e municípios, com o objetivo de otimizar recursos e aumentar a eficiência de estados e municípios no atendimento às gestantes.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Trabalhar em conjunto com os municípios para definir a rede de atenção à saúde;
Atuar de forma regionalizada;
Organizar e prover assistência especializada.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Desenhar e pactuar com o estado uma rede de atenção à saúde, identificando os aparelhos/serviços disponíveis para atender à população de forma regionalizada, incluindo o parto e qualificar a infraestrutura do parto.

ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais do Programa de Saúde Materno-Infantil, Profissionais da área de Serviços de Saúde, Planejamento, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Dentre os óbitos infantis evitáveis: 37% estão relacionados à atenção à mulher na gestação; 16,5% à atenção à mulher no parto; e 28% à atenção ao recém-nascido

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL
DESENHO E PACTUAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS REGIONALIZADA PARA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL,
PARTO E NASCIMENTO, PUERPÉRIO E ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA. (REDE CEGONHA)

OBJETIVO (2/2)

Regulação da urgência e emergência para garantir a oferta de leitos de Unidades Intensivas (UTIs) e a prontidão de transporte sanitário adequado para gestantes e/ou recém-nascidos que necessitem dos cuidados específicos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Regular a urgência e emergência para localizar leitos disponíveis e adequados para o caso, bem como transporte sanitário, para reduzir o risco com de gestantes em trabalho de parto e/ou com a transferência/transporte do recém-nascido

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Disponibilizar informação para Central de Regulação bem como identificar pontos de estrangulamento para Melhorar e manter a oferta de leitos e o transporte sanitário

● ATORES ENVOLVIDOS

Gestores de Saúde e equipe da Central de Regulação, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Nos estados do Brasil Central, a maior parte dos óbitos infantis ocorre no período neonatal (7,2 óbitos por mil nascidos vivos)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL IDENTIFICAÇÃO, REFERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS GESTANTES DE RISCO

OBJETIVO

Garantir atenção diferenciada para as gestantes e bebês de risco.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Monitorar o acompanhamento da gestante e da criança, compartilhar informações com os municípios e prover assistência especializada, de acordo com a necessidade da gestante.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Acompanhar a gestante ao longo da gravidez, vincular a gestante à maternidade de referência; e identificar as demandas por serviços e exames especializados disponibilizados pela rede de atendimento regionalizada.
Adotar o processo de Alta responsável após o parto, entre o hospital e a Unidade Básica, de modo a facilitar a busca ativa e a continuidade da assistência materno-infantil.

ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais do Programa de Saúde Materno-Infantil, Profissionais da área de Serviços de Saúde, Planejamento, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

As principais causas de morte neonatal são: complicações em partos prematuros (35%), eventos relacionados ao processo de parto (24%) e infecções (15%).

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL PROMOÇÃO E APOIO A PROGRAMAS DE ESTIMULO À AMAMENTAÇÃO

OBJETIVO

Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, iniciando-se na gestação, considerando as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os Municípios com os recursos necessários para promover o programa de aleitamento.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Articular com os gestores de serviços bem como equipe de saúde da família para garantir a cobertura e implantação do programa de aleitamento.

● ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais do Programa de Saúde Materno-Infantil, Equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O aleitamento materno proporciona benefícios ao crescimento e desenvolvimento infantil, o qual reflete consideravelmente na redução dos adoecimentos, mortalidade e desnutrição infantil, auxiliando, também, na prevenção de diarreia e infecções respiratórias, as duas principais causas de morte em crianças com menos de cinco anos, além de gerar impacto econômico.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL VINCULAÇÃO DO RECÉM-NASCIDO AO SERVIÇO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO

Garantir a continuidade da assistência à saúde ao recém-nascido após o parto vinculando-o a um serviço de atenção básica referenciado.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar com sistemas de informação, com material educativo e outras ações que garantam a fluidez do processo de assistência à saúde após o parto, sem que o processo se perca ou seja interrompido pelo menos durante o primeiro ano de vida do bebê.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Receber o recém nascido referenciado pela maternidade e assisti-lo durante o primeiro ano de vida de acordo com os protocolos de puericultura.

ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais de Saúde da Rede de Serviços (Serviços de assistência) em conjunto com a equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB)

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

29% do total de óbitos infantis ocorre no período pós neonatal, que vai de 29 dias de vida a um ano de idade.

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE

QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA LINHA DE CUIDADO MATERNO-INFANTIL

OBJETIVO

Desenvolver modelos de capacitação entre estados e municípios, com parcerias interssetoriais, para qualificar os profissionais que atuam nas linhas de cuidado materno-infantil

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Planejar as formações em conjunto com os municípios a fim de adequar os conteúdos, cronogramas e formatos (EAD ou presencial) às necessidades dos municípios;
Disponibilizar capacitação a todos da rede pública e preparar tutores para qualificar profissionais.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Criar propostas de qualificação da linha de cuidado materno-infantil (educação permanente, parcerias interssetoriais/utilização de protocolos).
Identificar e mobilizar os profissionais para a capacitação.

● ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais de Saúde, Educação e Recursos Humanos que atuam na linha de cuidado materno-infantil, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A formação continuada é um processo permanente e considerado fundamental para o aperfeiçoamento de conhecimentos dos profissionais que atuam na temática materno-infantil, e para obtenção de melhores resultados deve ser implementado em parcerias com outras áreas

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO PREVENÇÃO/PROMOÇÃO DA SAÚDE

AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO PROGRAMA DE SAÚDE REPRODUTIVA

OBJETIVO

Prover recursos para a efetiva implantação do Programa com especial atenção às mulheres em idade fértil, para ajudar e incentivar o comportamento preventivo e o autocuidado.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Organizar e disponibilizar o acesso à informação sobre saúde reprodutiva, prover infraestrutura, orientação, recursos e medicamentos às famílias no que se refere ao planejamento reprodutivo

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Promover busca ativa por mulheres em idade fértil para disseminar informações sobre saúde reprodutiva.
Dispensação de insumos para contracepção com acesso facilitado nas unidades de saúde e oferta de testes rápidos de gravidez.
Ofertar ações de educação em saúde Sexual e Reprodutiva e planejamento reprodutivo em parceria com os NASFs e o Programa Saúde na Escola (PSE).

● ATORES ENVOLVIDOS

Equipes de Saúde da Família, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP), PSE (Profissionais de Saúde na Escola).

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Existem evidências de que a ESF contribui para a redução da mortalidade infantil e para aumento da equidade em saúde

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Longo Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO PREVENÇÃO/PROMOÇÃO DA SAÚDE

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)

OBJETIVO

Fortalecer as ações da ESF e a atuação do NASF no que se refere a sua contribuição e apoio à expansão, qualificação e consolidação da atenção básica.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar o Município na estruturação e gestão da Estratégia Saúde da Família. Apoiar a formação dos profissionais das equipes de Saúde da Família e das equipes do NASF-AB, com treinamento e capacitação.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Compor as equipes de Saúde da Família e dos núcleos, para desempenhar papel proativo no que diz respeito à saúde da mulher, criança e adolescente. Definir as atribuições do NASF, reforçar seu papel de apoio à integralidade do cuidado aos usuários do SUS.

● ATORES ENVOLVIDOS

Equipes Saúde da Família, equipes do NASF-AB, gestores municipais, Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP)

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Grande parte das causas dos óbitos são evitáveis, principalmente através de prevenção, como acompanhamento pré-natal ou assistência médica nos primeiros dias/semanas de vida (OMS Media Center, Fact Sheet)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE SAÚDE

ANÁLISE SISTEMÁTICA DA SITUAÇÃO DA SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE E UTILIZAÇÃO DE DADOS NA GESTÃO DA SAÚDE

OBJETIVO

Elaborar linha de base e monitorar os indicadores sobre a situação materno-infantil (redes estadual e municipal) para subsidiar a tomada de decisão sobre a gestão da rede.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Analisar a situação do estado e de suas regiões, disponibilizar metodologia para os municípios, e utilizar essas informações para direcionar a gestão;
Divulgar os resultados aos municípios e à sociedade, publicar e premiar os bons resultados.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Prover informações para o estado, analisar a situação municipal e utilizar o diagnóstico na gestão da saúde da mulher, criança e adolescente.
Assegurar a conectividade e infraestrutura para a alimentação regular dos sistemas de informação da atenção primária.

● ATORES ENVOLVIDOS

T.I., Epidemiologia e Planejamento

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A análise sistemática de informações da saúde da mulher, da criança e do adolescente é uma ferramenta fundamental para o planejamento, para a tomada de decisão e para a gestão da saúde de um modo geral. E, neste contexto, a gestão deve envolver diferentes atores, incluindo a sociedade no uso e compartilhamento do conhecimento.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE SAÚDE

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO INTEGRADO AO SISTEMA OFICIAL

OBJETIVO

Sistematizar e informatizar o acompanhamento da gestante e da criança, em tempo real, na rede pública de saúde.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Desenvolver e disponibilizar o sistema; Capacitar as equipes técnicas e prover suporte técnico para alimentar o sistema. Estimular a utilização do eSUS por parte dos municípios.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Aderir ao sistema (eSUS ou outro), alimentá-lo e utilizá-lo.

● ATORES ENVOLVIDOS

T.I., Epidemiologia e Planejamento, Gestores Municipais e Atenção Primária

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O uso de sistema de informação informatizado e integrado entre as redes de saúde, estadual e municipal, onde seja possível o acompanhamento em tempo real das informações da saúde pode contribuir para uma atuação mais efetiva e eficaz sobre a saúde da mulher e da criança

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO GOVERNANÇA COMPARTILHADA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL
**CRIAÇÃO/FORTELECIMENTO DE ESPAÇOS DE DISCUSSÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS
SOBRE INICIATIVAS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO ÂMBITO MUNICIPAL**

OBJETIVO

Estimular a troca de experiências na saúde no que se refere ao desafio de reduzir a mortalidade infantil, envolvendo diversos atores no debate e na busca de soluções.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Coordenar e articular a discussão junto aos municípios e aos outros atores envolvidos.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Participar dos espaços de discussão, mobilizar os profissionais da saúde e identificar as necessidades locais para buscar meios de cooperação e auxílio do estado.

● **ATORES ENVOLVIDOS**

Profissionais de Saúde Materno-Infantil, Epidemiologistas e Gestores

● **JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)**

A troca de experiências exitosas e o compartilhamento de lições aprendidas pode potencializar o esforço de redução dos óbitos infantis na medida em que auxilia na identificação de medidas efetivas de intervenção para redução da mortalidade infantil

● **TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)**

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO GOVERNANÇA COMPARTILHADA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL
IMPLANTAÇÃO/ATIVAÇÃO DOS COMITÊS/GRUPO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA À MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL NO NÍVEL MUNICIPAL

OBJETIVO

Estimular a governança compartilhada na saúde no que se refere ao desafio de reduzir a mortalidade infantil, envolvendo diversos atores no debate e na busca de soluções.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar e monitorar o andamento dos Comitês/Grupos Técnicos, no que diz respeito à atuação de vigilância à mortalidade materna, infantil e fetal.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Criar/operacionalizar o comitê/grupo técnico para investigar o óbito, identificar causas do óbito e propor medidas/recomendações para resolução dos problemas.

● ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais de Saúde Materno-Infantil, Epidemiologistas e Gestores

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A investigação do óbito é uma estratégia crucial de apoio à vigilância epidemiológica dos óbitos infantis, contribui para melhorar o registro dos óbitos e possibilita a adoção de medidas para a prevenção de óbitos evitáveis pelos serviços de saúde

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto Prazo

DESAFIO 3 | REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



EIXO GOVERNANÇA COMPARTILHADA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL
ARTICULAÇÃO E VINCULAÇÃO COM OS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL RELACIONADOS COM OS
OBJETIVOS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

OBJETIVO

Articular com Programas desenvolvidos no âmbito nacional, como por exemplo: Programa Nacional de Imunizações (PNI); Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN); Rede de Bancos de leite, Rede Cegonha; Quali-SUS-Rede e Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Promover o acesso para implantação nos níveis estadual e municipal dos Programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, ou outros parceiros como a UNICEF, por exemplo.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Cumprir os requisitos exigidos pelo Ministério da Saúde, ou outro parceiro, para implantação de programas que sejam de interesse para a realidade local.

ATORES ENVOLVIDOS

Profissionais de Saúde Materno-Infantil, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência Social, Profissionais de Vigilância e Saúde (vigilância do óbito, sanitária, epidemiológica, SIN, SINASP) e Gestores

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A articulação entre as três esferas de governo na Saúde é fundamental para uma atuação efetiva, principalmente do nível municipal, na implementação das estratégias e ações voltadas à redução da mortalidade infantil

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio Prazo



2.4

Homicídios

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DO BRASIL CENTRAL

59.080 homicídios foram registrados no **Brasil**, em 2015, o que representa taxa de **28,9** homicídios a cada 100 mil hab.



9.113 desses homicídios aconteceram nos 7 estados do **Brasil Central**, o que equivale a taxa de **35,6** e a **15%** do total de homicídios do país.



47% foi o aumento da taxa de homicídios no **BrC**, entre **2005** e **2015**



Porém, houve **redução**, no mesmo período, nos estados do **MS**, **DF** e **RO**

23,8 é a taxa de homicídios por **armas de fogo** no BrC, em 2015, que quase dobrou desde 2005 (14,2)...



...e **4,2** é a taxa de óbitos por **drogas** a cada 100 mil hab.



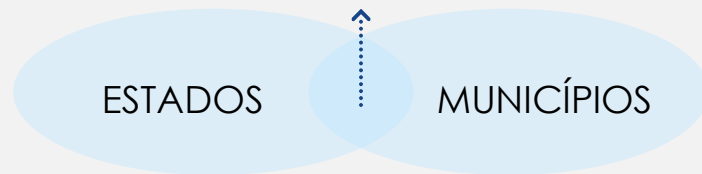
INFLUÊNCIA DE FATORES DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS (EM 2015)

- ✓ JUVENTUDE
24,6% da pop. do BrC possui entre **15 a 29 anos** (Brasil: 23,6%)
- ✓ EDUCAÇÃO DOS JOVENS
82,6% é a taxa de atendimento da população de 15 a 17 anos na escola, no BrC (Brasil: 84,3%)
- ✓ DESEMPREGO
7,5 desempregados a cada 100 pessoas (Brasil: 9,6%)
- ✓ DESIGUALDADE SOCIAL
0,533 é o Índice de Gini do BrC, o maior das regiões do Brasil.

Fonte: Macroplan e IETS/OPE, com base em dados do DataSUS e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Observatório do PNE, 2015.

COMO ESTADOS E MUNICÍPIOS PODEM ATUAR JUNTOS NO CAMPO DA SEGURANÇA PARA REDUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS?

CAMPO PARA ATUAÇÃO ARTICULADA E COOPERATIVA, EM PROL DE DESAFIOS COMUNS

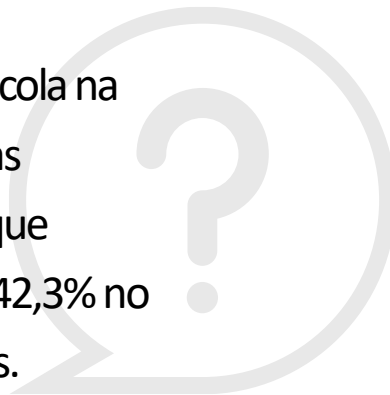


PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO COMPARTILHADA NA SEGURANÇA:

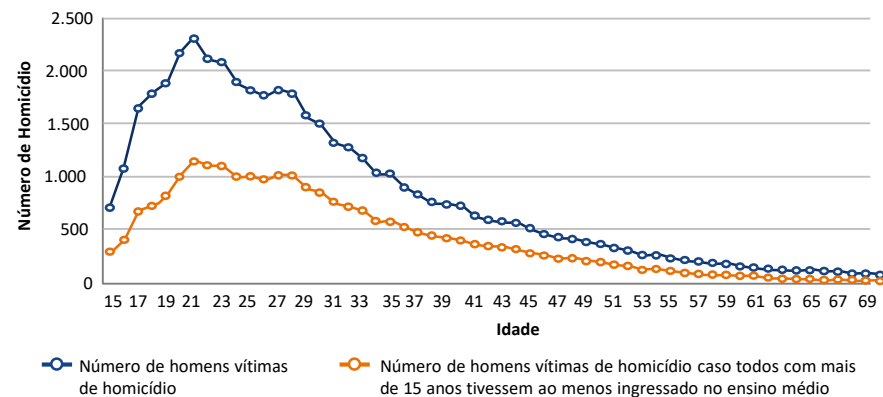
- Prevenção e inclusão social
- Desenvolvimento comunitário
- Ordenamento urbano e fiscalização
- Inteligência e transparência
- Planejamento e Financiamento
- Sensibilização e Governança

...E SE TIVÉSSEMOS INVESTIDO EM NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS?

Se todo jovem estivesse na escola na idade certa, o número de vidas poupadas seria de 22.442, o que representaria uma queda de 42,3% no número de homicídios no país.

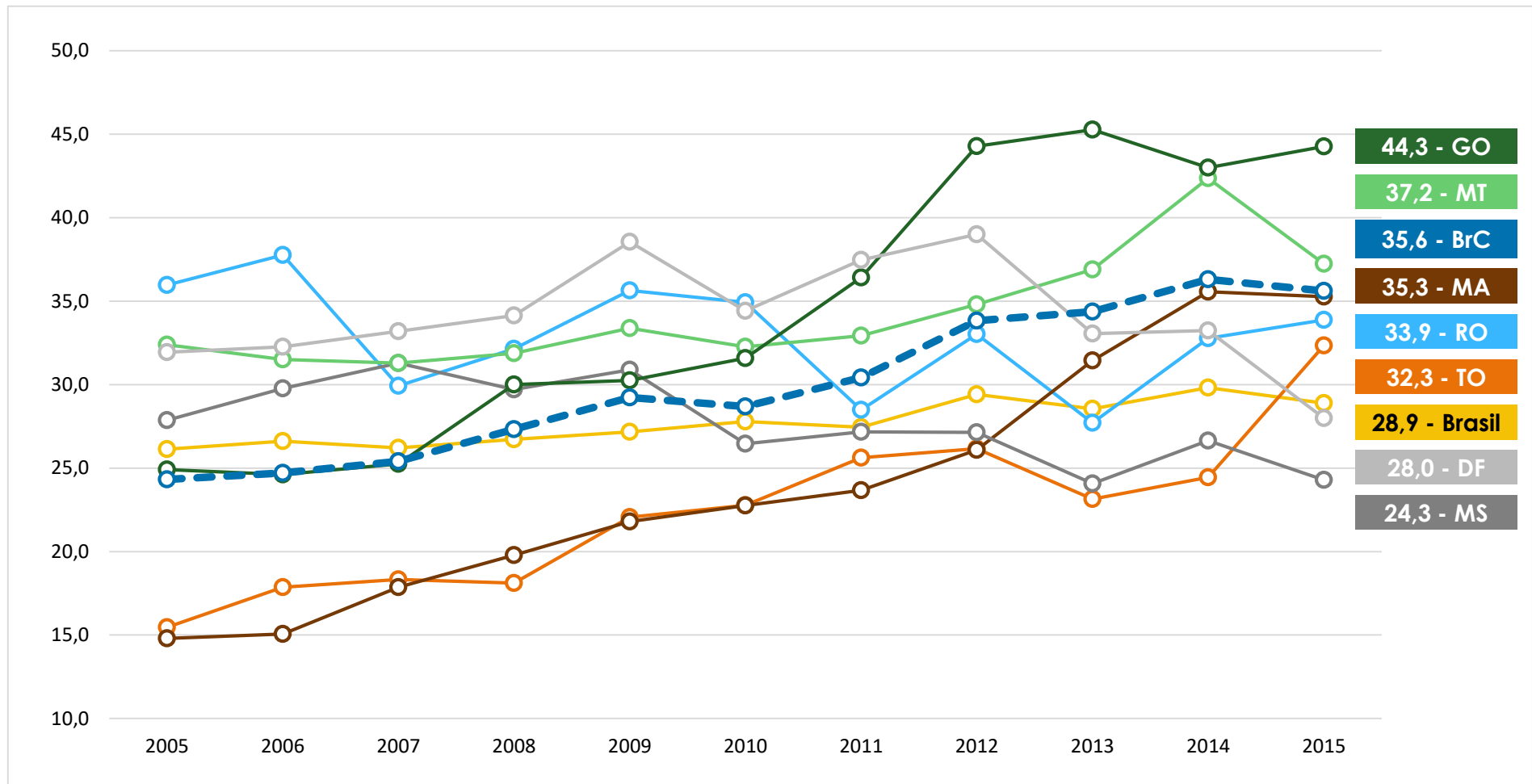


NÚMERO DE HOMICÍDIOS POR IDADE NO BRASIL, EM 2010:
OBSERVADO X CONTRAFCTUAL (TODO JOVEM NA ESCOLA)



Fonte: Cerqueira e Coelho (2015)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS POR ESTADO E AGREGADOS BrC E BRASIL (POR 100.000 HABITANTES) 2005 A 2015



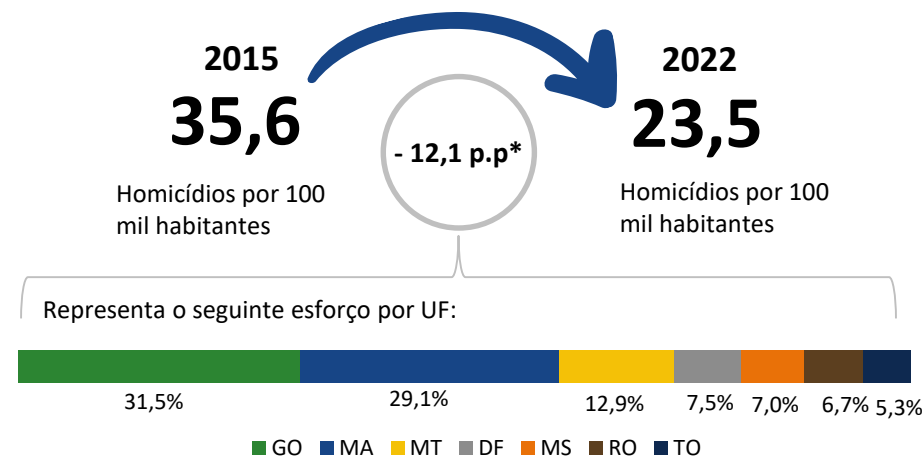
Fonte: Macroplan a partir de dados do DataSUS Obs.: Definição do Atlas da Violência: O número de homicídios na UF de ocorrência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

NOTA: Para definição das metas estaduais e municipais, foram utilizados os dados do DataSUS e não do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, visto que este não possui dados sobre os municípios, o que impossibilitaria o desdobramento das metas para o nível municipal. Além disso, os dados do DataSUS permitem a comparabilidade entre os estados do BrC e demais UF. Contudo, o monitoramento das ações e iniciativas a ser realizado pelos Estados e Municípios deverá ter como base os dados do Fórum.

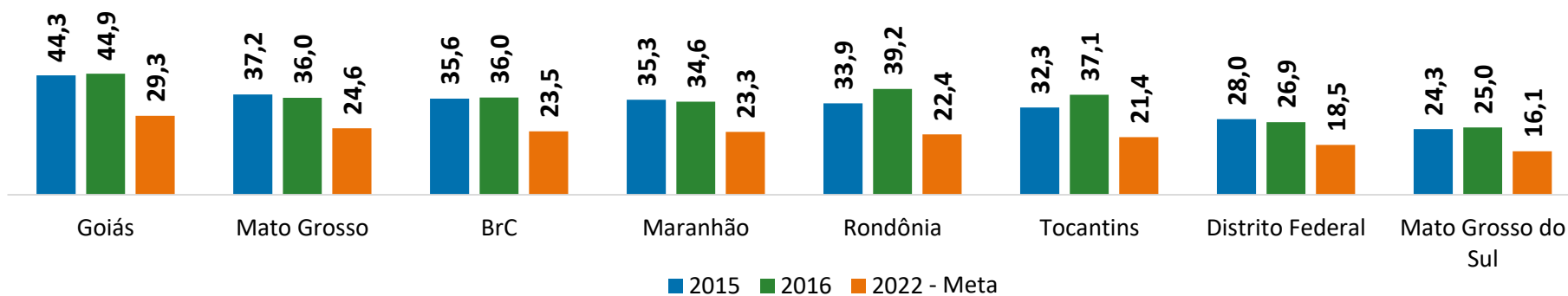
DIANTE DESTE CENÁRIO, O OBJETIVO TRAÇADO PARA O CONSÓRCIO É:

➤ **REDUZIR EM 12,1 P.P. A TAXA DE HOMICÍDIOS DA REGIÃO DO BRASIL CENTRAL** (Homicídios por 100.000 habitantes)

ESFORÇO DE CADA ESTADO NO DESAFIO



METAS PROJETADAS PARA A TAXA DE HOMICÍDIOS, BRC E ESTADOS (POR 100.000 HABITANTES)



Fonte: Macroplan a partir de dados do DataSUS

PARA ALCANÇAR ESSAS METAS, SERÁ PRECISO INTENSIFICAR OS ESFORÇOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS

Os homicídios estão concentrados territorialmente:

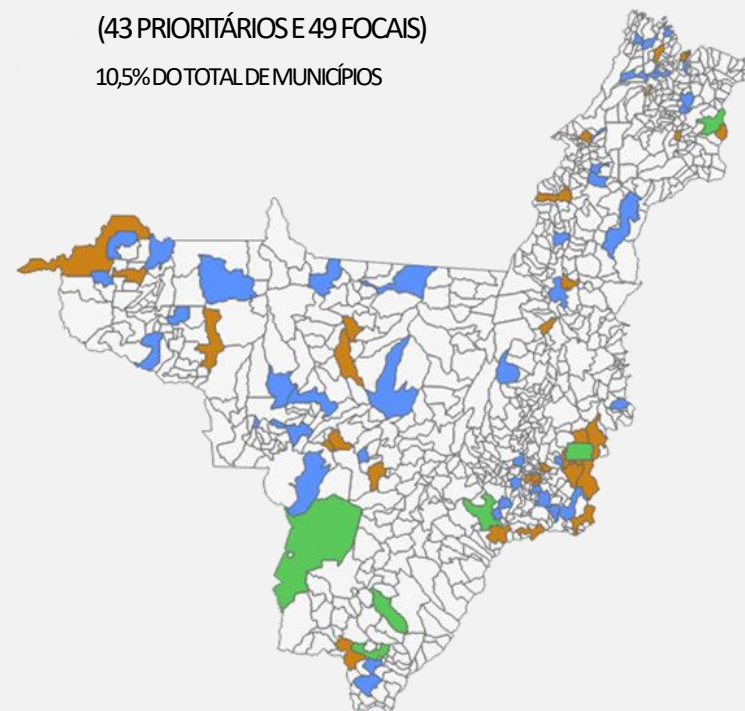
- Em 2015, apenas 2,0% dos municípios responderam por 50% dos homicídios no Brasil, ao passo que 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes no país.
- Além disso, há também significativa concentração da violência dentro dos municípios: 50% dos homicídios do país aconteceram em menos de 10% dos bairros (2015).
- Do mesmo modo, no caso do Brasil Central, 92 municípios (10,5% do total) representam 75,6% dos homicídios.

Obs: Municípios prioritários são aqueles que representam 2/3 do total de homicídios da região Brasil Central. Municípios focais são aqueles que apresentam taxa de homicídios superior à média da região BrC. Municípios Prioritário+Focal são os municípios que entrariam nos dois grupos: alta representatividade e taxa acima da média do BrC

» 92 MUNICÍPIOS

(43 PRIORITÁRIOS E 49 FOCALIS)

10,5% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS



■ Grupo Prioritário

■ Grupo Focal







■ Grupo Prioritário e Focal

□ Outros municípios

TEMAS CENTRAIS PARA SUPERAÇÃO DO DESAFIO NO ÂMBITO DA ARTICULAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS

DESAFIO 4

Reduzir a taxa de homicídios de 35,6 para 23,5 homicídios/100 mil habitantes, em 2022

 ORDENAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">» Promoção do ordenamento urbano» Fiscalização dos fatores de risco (comércio ilegal, bares, barulho, etc)	
 PREVENÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">» Desenvolvimento Infanto-Juvenil» Ações para a inclusão de Jovens em situação de vulnerabilidade» Fortalecimento dos CAPS» Espaços de prevenção/mediação de conflitos	 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO <ul style="list-style-type: none">» Aperfeiçoamento da Guarda Municipal» Empoderamento de Líderes Locais
 INTELIGÊNCIA E TRANSPARÊNCIA	<ul style="list-style-type: none">» Consolidação da Gestão da Informação» Vídeomonitoramento urbano» Transparência dos dados	
 SENSIBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA	<ul style="list-style-type: none">» Sensibilização dos atores envolvidos na segurança pública» Gestão municipal integrada	 PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO <ul style="list-style-type: none">» Plano Municipal de Segurança pública com pactuação de compromissos» Financiamento das ações

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO ORDENAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO PROMOÇÃO DO ORDENAMENTO URBANO

OBJETIVO

Intensificar ações de reconversão urbana, iluminação pública, limpeza urbana e ordenamento urbano em áreas degradadas para prevenir o crime na dimensão situacional.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Identificar áreas de maior incidência criminal e prover essas informações aos municípios para atuação focalizada. Melhorar infraestrutura e saneamento básico; Criar protocolos de atores e responsabilidades em relação as desordens e violência urbanas.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Mapear as desordens urbanas (sociais e físicas) por intermédio dos líderes comunitários. Planejar e executar as ações de ordenamento urbano (iluminação pública, limpeza urbana, etc.) nas áreas de maior criminalidade. Participar da elaboração dos protocolos e segui-los. Revitalizar e promover ocupação de espaços públicos nessas áreas, que possam contribuir para a convivências saudável. Atualizar o plano diretor. Fortalecer ações de vigilância sanitária, de epidemiologia, prevenção e controle de doenças. Capacitar os Agentes de Trânsito para mediação de conflitos no ambiente urbano.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Líderes comunitários, Detran, Ministério Público e Agentes Municipais de Trânsito

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Chile (1985): conceitos de Arquitetura Contra o Crime passaram a ser aplicados. Redução do índice de delitos de 450/mês para 87/mês na Estação Central, em função de alterações no desenho urbano do local; Medellín: conceitos de Conceito de Urbanismo Social passaram a ser aplicados e desde então a taxa de homicídios vem reduzindo devido às ações na área de inovação urbana e gestão pública (Fórum de Segurança Pública - Nota técnica: Estudo Conceitual Sobre Os Espaços Urbanos Seguros)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO ORDENAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE FATORES DE RISCO

OBJETIVO

Desenvolver ações de fiscalização administrativa para conter atos de incivilidade e fatores de risco (bares, consumo de álcool, barulho, comércio ilegal, trânsito etc.)

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Identificar áreas de maior incidência criminal e notificar os municípios. Fornecer informações e recursos humanos para atuação focalizada e orientar os municípios no processo de negociação com a comunidade, com foco na redução dos fatores de risco.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Fiscalizar empreendimentos e alvarás de funcionamento, sensibilizando a comunidade para a necessidade de redução dos fatores de risco, por meio de diálogo e processos participativos. Garantir adequada sinalização e fiscalização do trânsito.

ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Associações comerciais, Detran, Ministério Público e Agentes Municipais de Trânsito

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Exemplo da Lei 2.102/02 de Fechamento de Bares em municípios de São Paulo, que contribuiu para uma queda de 10% dos homicídios na região metropolitana de São Paulo.

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PREVENÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL

OBJETIVO

Promover o acesso a instituições/programas complementares de educação e cuidado infantil que visem o desenvolvimento integral da criança, com especial atenção às que vivem em situação de vulnerabilidade.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar o município a identificar a demanda e oferta e planejar o atendimento às crianças desde a educação infantil (primeira infância).

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Mapear a oferta e demanda de educação e cuidado infantil e adotar as medidas necessárias para garantir o atendimento e desenvolvimento integral infantil de qualidade.

ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Secretarias municipal e estadual de Educação, Secretara de Saúde, Assistência Social, Ministério Público, Poder Judiciário

JUSTIFICATIVA

O investimento na educação infantil é capaz de trazer benefícios sociais e econômicos para a sociedade na medida em que poupam custos futuros com criminalidade, melhoram a empregabilidade e as oportunidades de ganhos de renda da criança no futuro, principalmente quando direcionados às crianças oriundas de famílias em situação de desvantagem (HECKMAN; MATEROV, 2007)

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Longo prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PREVENÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

AÇÕES PARA A INCLUSÃO DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OBJETIVO

Promover ações de redução da vulnerabilidade social e promoção da cidadania, focalizadas população, em especial jovens das regiões mais vulneráveis.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Identificar áreas de maior vulnerabilidade e prover informações aos municípios para atuação focalizada. Treinamento e apoio financeiro.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Desenvolver políticas públicas em conjunto com o Estado nas diversas áreas sociais - educação, trabalho, esporte e cultura - e prover a infraestrutura necessária para a inclusão da população que vive nas áreas de alta vulnerabilidade. Promover diagnósticos e ações educacionais para desestimular o consumo de drogas psicoativas ilícitas e de bebidas alcoólicas. Investir na qualificação profissional e nas oportunidades laborais para o jovem. Promover oportunidades para egressos do sistema socioeducativo e do sistema prisional.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretarias de Segurança Pública, de Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Assistência Social, Ministério Público

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

No Brasil, em 2015, 53% das vítimas de homicídios eram jovens; 71% negros e 73% não possuíam o ensino fundamental. A cada 1% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola há um aumento de 1 a 2% na taxa de homicídios (Ipea, Nota Técnica, 2016, Número 18 – Diest).

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Longo prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PREVENÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

FORTALECIMENTO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

OBJETIVO

Prover acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários de drogas.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Qualificar a equipe dos CAPS e estimular parcerias interssetoriais para atuar na reinserção dos usuários de drogas à sociedade.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Adequar as estruturas e equipamentos de reabilitação e reinserção dos usuários de drogas.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, de Assistência Social e Secretaria de Saúde

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A política de redução de danos em relação à adicção de drogas psicoativas é tanto uma importante política de saúde pública, como um mecanismo para fazer reduzir a demanda por drogas

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PREVENÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

ESPAÇOS DE PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS

OBJETIVO

Reestabelecer vínculos e estimular a cultura da paz nas comunidades.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Disseminar ferramentas e espaços de dissolução e intermediação de conflitos nos territórios identificados com maior índice de criminalidade e vulnerabilidade.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Ofertar serviços de mediação de conflitos à população nas áreas com maior índice de criminalidade e vulnerabilidade.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça, Tribunal de Justiça Estadual e Secretaria de Educação

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A cultura da paz, o diálogo e a construção de espaços de mediação são importantes instrumentos para fazer diminuir a violência, como método de solução de contendas. Exemplo Caxias do Sul - Programa de Justiça restaurativa de Caxias do Sul, onde de 2012-2015, os facilitadores do programa já atenderam 1.943 casos por meio do diálogo. O investimento no programa foi de R\$ 844.503,44 – custo não superior a manter três adolescentes infratores presos por 2 anos segundo o TCE (2012).

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO APERFEIÇOAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL

OBJETIVO

Formar e desenvolver a guarda municipal para uma atuação em conjunto com policiamento comunitário, agindo assim na prevenção do crime.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Promover cooperação técnica e operacional, através do fornecimento de dados estatísticos, quando necessário. (Re)capacitar as guardas na atuação em conjunto com a sociedade (ex: Rondas escolares, Agentes de trânsito) para evitar e mediar conflitos.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Criar/fortalecer a Guarda Municipal e custear a manutenção do serviço; Apoiar a Polícia Militar, quando necessário, no policiamento comunitário; e Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não-emergenciais.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Agentes Municipais de Trânsito

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O policiamento comunitário é uma estratégia para fortalecer a eficácia policial na prevenção e no controle do crime. (SKOLNICK; BAYLEY, 2002)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

EMPODERAMENTO DE LÍDERES LOCAIS PARA GERAR CULTURA DA PAZ

OBJETIVO

Fortalecer relações comunitárias e aumentar a responsabilização das comunidades locais, fazendo com que as lideranças locais sejam empoderadas para atuar com a temática de segurança

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os municípios no diálogo com as comunidades; fornecer informações sobre áreas de maior criminalidade no território.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Identificar as lideranças comunitárias, em especial nos territórios mais violentos; Abrir canal de diálogo com as comunidades; Articular os atores sociais e promover o empoderamento de líderes locais (incubadoras de líderes) para atuar na cultura da paz nos territórios; Desenvolver junto com os líderes ações integradas e conjuntas de prevenção e combate ao crime, que atendam a realidade local; Fortalecer os conselhos comunitários já existentes nos municípios.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Lideranças comunitárias.

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Programa Espaços Urbanos Seguros - Rio de Janeiro, 2007. Objetivo: requalificar áreas identificadas como locais inseguros pela presença ou proximidade de atividades criminosas a partir da capacitação de 150 lideranças comunitárias (que já haviam sido formadas em um curso de “Resolução Pacífica de Conflitos”) com o objetivo de fornecer instrumentos para definirem intervenções no espaço urbano mais adequadas às suas necessidades e à promoção de segurança (Fórum de Segurança Pública - Nota técnica: Estudo Conceitual Sobre Os Espaços Urbanos Seguros)

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO INTELIGÊNCIA E TRANSPARÊNCIA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO

Fortalecer sistemas de informações para subsidiar gestão baseada em evidências e repressão qualificada, com inteligência e controle.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Fornecer sistema de informação; Realizar análise criminal; e Identificar e integrar atores responsáveis pelas soluções dos problemas e a dinâmica do crime e causa raiz dos problemas.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Fornecer as informações aos estados e planejar e executar suas ações com base nas informações sistematizadas.

ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, Secretaria de Administração Penitenciária, Poder Judiciário

JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Os processos sociais e criminais são dinâmicos. Portanto, a elaboração de diagnósticos, de planejamento, monitoramento e avaliação exige a produção e organização de dados de qualidade, inclusive para orientar mudanças de rota.

TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO INTELIGÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

IMPLEMENTAÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO

OBJETIVO

Atuar no controle e supervisão das áreas de maior incidência criminal por meio do compartilhamento e integração dos sistemas de videomonitoramento.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Garantir e disponibilizar sistema para levantamento/leitura das informações. Receber e disponibilizar as imagens.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Articular de parcerias para aquisição dos equipamentos. Fornecer acesso às câmeras. Identificar e articular atores que possam ser parceiros nesse videomonitoramento.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, etc

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O aumento da eficiência, com base na integração de sistemas de videomonitoramento é importante para a prevenção primária, secundária e terciária

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO INTELIGÊNCIA E TRANSPARÊNCIA TRANSPARÊNCIA DOS DADOS

OBJETIVO

Sistematizar e disponibilizar informações relevantes sobre segurança, inclusive sobre o andamento das ações em desenvolvimento.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Sistematizar dados e prover informações aos municípios. Apoio técnico aos municípios para a criação do observatório de segurança pública. Elaboração de plano de comunicação sobre as iniciativas realizadas pelo Estado em conjunto com os municípios, para fazer frente ao desafio de redução dos homicídios no território.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Criação do observatório de segurança pública. Fornecer informações, utilizá-las no planejamento e execução das ações na área de segurança.

● ATORES ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública, Institutos de Pesquisa, Universidades, ONGs, Sociedade Civil

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

Segundo relatório “Princípios Globais sobre a Segurança Nacional e o Direito à Informação”, elaborado pela Open Society em 2013, a dificuldade de acesso a dados públicos sobre segurança pode implicar na facilitação e proteção de atos ilegais e abusivos, tanto por atrapalhar investigações e pesquisas por parte da sociedade civil quanto por impedir que sejam descobertos pelos cidadãos.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM PACTUAÇÃO DE COMPROMISSOS

OBJETIVO

Consolidar um planejamento na área de segurança com definição de prioridades, compromissos, ações, prazos e recursos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Prover apoio técnico aos municípios para a elaboração e monitoramento do plano de ação; Participar da gestão; Comprometer-se com as diretrizes do Plano.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Elaborar o plano municipal de segurança pública, baseado em: indicadores precisos (inclusive territoriais); diagnósticos, monitoramento e avaliação do que é efetivo; planos de ação e modelo de governança em rede. Executar, monitorar e avaliar o plano em parceria com os diversos atores envolvidos.

● ATORES ENVOLVIDOS

Polícia Civil, Polícia Militar e Defesa Civil; Autoridades federais que atuam no município (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal); Líderes comunitários; parcerias com diferentes organizações não-governamentais.

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O caso de Diadema-SP é emblemático, a prefeitura assumiu a responsabilidade e passou a implementar uma série de ações de segurança pública, tanto de controle como de prevenção da violência. Em parceria com o Instituto Sou da Paz elaborou o II Plano Municipal de Segurança Pública de Diadema, de forma participativa. Esta e outras ações contribuíram para uma redução de mais de 75% na taxa de homicídios dolosos na cidade.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Curto prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES

OBJETIVO

Buscar fontes/mecanismos de financiamento para as ações de segurança pública.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os municípios na captação de recursos.
Liderar interlocução com o Governo Federal.
Criar fundos estaduais e municipais, nos quais serão definidos possíveis fontes de recursos, mecanismos de governança e orientação para a destinação dos recursos.
Buscar mecanismos de cofinanciamento entre várias pastas e instâncias e trazer outros mecanismos inovadores como os Títulos de Impacto Social, PPP, doação empresarial, etc.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Atuar junto ao estado para a captação de recursos e construção dos fundos municipais.

● ATORES ENVOLVIDOS

Governo Federal, Ministério da Segurança Pública, sociedade civil, organismos internacionais ou outras instituições privadas

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O processo de captação de recursos exige organização, planejamento e projetos bem estruturados, e deve ser executado por equipes capacitadas a buscar fontes de recursos e a estabelecer convênios, contratos de repasses ou termos de compromisso.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO SENSIBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA

SENSIBILIZAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO

Sensibilizar os atores sobre a importância da política compartilhada de segurança pública e produzir e disseminar a percepção de segurança na população. Sugestão para o início: Sensibilizar os atores e a população para a importância da segurança como responsabilidade de todos.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Elaborar programa permanente de sensibilização dos vários atores envolvidos na política de segurança, sobre as diversas responsabilidades de cada um e sobre os princípios e valores envolvidos nas diferentes instâncias de gestão;
Capacitar os municípios e fomentar consciência e cultura da política de segurança como desenvolvimento.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Promover a mobilização social por meio de canais de comunicação locais e práticas democráticas e participativas;
Desdobrar capacitação junto aos outros atores, como, por exemplo, escolas, associações etc..
Disseminar a pedagogia da segurança preventiva cidadã.

● ATORES ENVOLVIDOS

Prefeito, Autoridades Municipais de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça, Empresariado

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

A atuação integrada de diversos atores sociais e das três esferas de governo na Segurança Pública pode contribuir não só para o enfrentamento, mas, também, para a prevenção da violência e da criminalidade nos estados e municípios, por meio de ações sociais, evitando que delitos venham a ocorrer.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo

DESAFIO 4 | REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS



EIXO SENSIBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL

OBJETIVO

Promover a integração do conjunto de instituições que atuam sobre a política de segurança.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Apoiar os municípios na criação/fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM); Designar servidores para a participação no mesmo; e Estimular a participação dos outros poderes (principalmente envolvendo Ministério Público e Justiça) na resolução das questões de segurança.

RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO

Criar ou reestruturar os GGIM para atuar, em conjunto com os outros níveis de governo, poderes e a sociedade civil, na promoção de ações sistêmicas de prevenção e combate à criminalidade.

● ATORES ENVOLVIDOS

Prefeito, Autoridades Municipais de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça

● JUSTIFICATIVA (DADOS E FATOS)

O GGIM foi uma ação estratégica desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que previa a integração dos vários atores e buscava alterar a maneira com que os municípios enfrentavam a violência e a criminalidade.

● TEMPORALIDADE DE IMPACTO DA INICIATIVA NO INDICADOR (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)

Médio prazo